

PREGÃO ELETRÔNICO

06/2026 (90.006/2026)

CONTRATANTE (UASG)

(183038)

Coordenação de Aquisições, Licitações e Contratos - COLIC

OBJETO

Contratação de solução para manutenção da infraestrutura de backup do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), composta por serviços de extensão de garantia e suporte técnico para servidores de mídia (Media Servers) e aquisição de suprimentos de armazenamento de dados (fitas magnéticas LTO e fitas de limpeza), conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 82.197,25

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 17/06/2026 às 11h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. DO OBJETO | 3 |
| 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 3 |
| 3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO | 5 |
| 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 5 |
| 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA..... | 7 |
| 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES . | 8 |
| 7. DA FASE DE JULGAMENTO | 13 |
| 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO..... | 16 |
| 9. DO TERMO DE CONTRATO | 19 |
| 10. DOS RECURSOS | 19 |
| 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES..... | 20 |
| 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 22 |
| 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 23 |

MODELO DE EDITAL – SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 (PE Nº 90.006/2026)

(Processo Administrativo nº 52402.011197/2025-40)

Torna-se público que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, por meio do(a) Coordenação de Aquisições, Licitações e Contratos, sediado na Rua Mayrink Veiga nº 09 - Centro, Rio de Janeiro-RJ, inscrito no CNPJ nº 42.521.088/0001-37, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de manutenção da infraestrutura de backup do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), composta por serviços de extensão de garantia e suporte técnico para servidores de mídia (Media Servers) e aquisição de suprimentos de armazenamento de dados (fitas magnéticas LTO e fitas de limpeza), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Compras.gov e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

- 2.6. Para os grupos 1 e 2, formados, respectivamente, pelo item 1 e pelos itens 2 e 3, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.
- 2.8. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.8.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.8.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 2.8.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.8.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.8.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.8.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.8.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.8.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.8.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.8.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a

sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.4 e 2.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.8.4 e 2.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.15. A vedação de que trata o item 2.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3.não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4.cumpra as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1.no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2.nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Anexo II deste edital;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Anexo II deste edital;

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real) para o item 1 e de R\$ 0,01 (um centavo) para os itens 2 e 3;
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 6.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/Agente de Contratação/Comissão.

6.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

- 6.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.22. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:
- 6.22.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:
- 6.22.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
- 6.22.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e
- 6.22.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.
- 6.22.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 6.22.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.
- 6.22.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 6.22.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 6.22.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 6.22.1.3 caso esse direito não seja exercido.
- 6.22.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.
- 6.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.24.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.24.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.24.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.24.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.24.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.24.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.24.2.2. empresas brasileiras;

6.24.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.26.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.26.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.26.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.26.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.86 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta ao CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/ Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.7.1 Por não ser uma contratação com mão-de-obra exclusiva, não há acordo, dissídio ou convenção a ser indicada.

7.8. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

7.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.9.1. conter vícios insanáveis;

7.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.11.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.11.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.13.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.13.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.13.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.13.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.15. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.16. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.19. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.20. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.24. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

7.24.1 declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.24.2 cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.24.3 cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

7.24.4 declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.25. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

7.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

- 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;
- 10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico constante neste Edital e também poderão ser disponibilizados por meio eletrônico, através de solicitação pelo licitac@inpi.gov.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de

penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitac@inpi.gov.br ou por petição dirigida à Divisão de Processos de Aquisição – DIPRA, do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, por meio do Serviço de Protocolo e Expedição – SEPEX, situado na Rua Mayrink Veiga, nº 09, 24º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20090-910, em envelope fechado e rubricado no fecho, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 (PE Nº 90.006/2026)
ENVELOPE COM DOCUMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
RAZÃO SOCIAL E CNPJ (DA REMETENTE)

- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico licitac@inpi.gov.br.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1 ANEXO I - Termo de Referência;
- 13.11.1.1. Anexo I-A - ETP
- 13.11.1.2. Anexo II-B – Termo de compromisso de manutenção e sigilo
- 13.11.1.3. Anexo III-C – Termo de ciência;

- 13.11.1.4. Anexo IV-D – Modelo de Proposta de Preços;
- 13.11.1.5. Anexo V-E – Modelo de fornecimento de bens
- 13.11.2 Anexo II – Valores de Referência da Contratação;
- 13.11.3 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

....., de de 20.....

ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-4000 contratos@inpi.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 (PE Nº 90.006/2026)

PROCESSO Nº 52402.011197/2025-40

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

MICT-INPI-INST.NAC.DA PROPR.INDUSTRIAL/RJ

Termo de Referência 137/2025

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|---|-------------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 137/2025 | 183038-MICT-INPI-INST.NAC.DA PROPR.INDUSTRIAL /RJ | THIAGO ROULIEN PIRES FAGUNDES | 15/05/2026 12:08 (v 0.6) |
| Status | ASSINADO | | |

Outras informações

| | | |
|---|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC | | 52402.011197/2025-40 |

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de solução para manutenção da infraestrutura de backup do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), composta por serviços de extensão de garantia e suporte técnico para servidores de mídia (Media Servers) e aquisição de suprimentos de armazenamento de dados (fitas magnéticas LTO e fitas de limpeza), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| Grupo | Item | Especificação | CATSER / CATMAT | Métrica / Unidade | CÓD. PMC-TIC | Quantidade | Valor Unitário Estimado (R\$) | Valor Total Estimado (R\$) |
|-------|------|---|-----------------|-------------------|--------------|------------|-------------------------------|----------------------------|
| 1 | 1 | Serviço de Extensão de Garantia e Suporte Técnico para 02 (dois) Servidores Lenovo ThinkSystem SR630, com SLA de solução de 12h, atendimento 24x7, incluindo peças e mão de obra. Vigência de 12 meses. | 27740 | Mês | N/A | 12 | R\$ 898,07 | R\$ 10.776,93 |
| | | Cartucho de Fita de Dados LTO | | | | | | |

| | | | | | | | | |
|----------------------|---|--|--------|----------------|-----|-----|---------------|---------------|
| 2 | 2 | Ultrium 8 (12 TB nativos), novo, original, com etiqueta de código de barras (barcode) pré-aplicada. | 451853 | Unidade Física | N/A | 154 | R\$ 455,00 | R\$ 70.070,00 |
| | 3 | Cartucho de Fita de Limpeza Universal (Universal Cleaning Cartridge) compatível com drives LTO-8 instalados em biblioteca IBM TS4300, com etiqueta de código de barras pré-aplicada. | 261791 | Unidade Física | N/A | 4 | R\$ 337,58 | R\$ 1.350,32 |
| TOTAL GERAL ESTIMADO | | | | | | | R\$ 82.197,25 | |

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) e bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O Item 1 (Suporte Técnico) é enquadrado como serviço continuado, tendo em vista que a interrupção da cobertura de garantia dos servidores de backup comprometeria a segurança da informação e a capacidade de recuperação de desastres (continuidade de negócios) da Autarquia, sendo a vigência plurianual mais vantajosa econômica e tecnicamente, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar. Os Itens 2 e 3 (Insumos) caracterizam-se como fornecimento imediato para composição de estoque.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação (especificamente para a prestação do serviço do Item 1) é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato (ou conforme definido na minuta contratual), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, dada a natureza continuada do suporte técnico. Para os itens de fornecimento (itens 2 e 3), o prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da entrega dos bens, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A solução proposta não se encontra listada nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas da Secretaria de Governo Digital. Dessa forma, não se aplica o código PMC-TIC à presente contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade crítica de assegurar a continuidade, a integridade e a disponibilidade dos dados corporativos do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), mitigando riscos de perda de informações estratégicas e garantindo a capacidade de recuperação de desastres (Disaster Recovery), em conformidade com a Política de Segurança da Informação (POSIN) e a Política de Cópia de Segurança (Backup) da Autarquia.

2.2. A solução de backup atual do INPI, baseada na biblioteca de fitas (Tape Library) IBM TS4300 e servidores de mídia (Media Servers), enfrenta dois desafios técnicos que motivam esta contratação, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (68/2025):

2.2.1. Esgotamento de Insumos (Fitas LTO): O crescimento contínuo do volume de dados (estimado em 15% ao ano) e a política de retenção de longo prazo (5 anos para backups anuais) exigem a reposição do estoque de mídias. A aquisição de 154 (cento e cinquenta e quatro) cartuchos de dados LTO-8 e 04 (quatro) fitas de limpeza visa cobrir a demanda operacional pelos próximos 24 meses, garantindo a manutenção da estratégia de Air Gap (cópia offline), medida de segurança essencial para proteção contra ataques de ransomware.

2.2.2. Risco de Falha de Hardware (Servidores): Os dois servidores Media Servers (Lenovo ThinkSystem SR630), responsáveis pelo tráfego de dados para o cofre, encontram-se com a garantia de fábrica expirada (equipamentos adquiridos no Pregão 18/2020). A contratação de suporte técnico estendido por 12 meses representa a alternativa mais econômica e eficiente para mitigar o risco de paradas não programadas, estendendo a vida útil dos ativos e evitando a substituição prematura de equipamentos que ainda atendem plenamente à demanda de processamento.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 42521088000137-0-000001/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 25/08/2025;

III) Id do item no PCA: 18;

IV) Classe/Grupo: 7030;

V) Identificador da Futura Contratação: 183038-19/2026.

2.4. O objeto da contratação encontra-se alinhado estrategicamente com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 (Decreto nº 12.198/2024) e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024-2026 do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), conforme demonstrado abaixo:

| ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS | |
|-------------------------------------|---|
| ID | Objetivos Estratégicos |
| OE5 | Objetivo Estratégico 5: "Aprofundar a transformação digital com foco na melhoria do desempenho e do atendimento aos usuários." Direcionador: Viabilizar modelo de contingência e redundância de serviços de TIC. |
| O4 | Objetivo 4: "Ampliar a resiliência e a maturidade das estruturas tecnológicas governamentais, com atenção à privacidade, à proteção de dados pessoais, à segurança da informação e à segurança cibernética". |

| ALINHAMENTO AO PDTIC 2024-2026 | | | |
|--------------------------------|---|----|---|
| ID | Ação do PDTIC | ID | Meta do PDTIC |
| CGTI_101 | Contratação do serviço de suporte técnico do robô de backup IBM TS4300 e a aquisição de fitas magnéticas LTO-8. | M1 | Garantir a disponibilidade de 99% dos sistemas crítico. |

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste na manutenção da infraestrutura de backup corporativo do INPI, através de um modelo híbrido que integra a prestação de serviços continuados (suporte a hardware) e o fornecimento de bens de consumo (insumos magnéticos), estruturada para garantir o ciclo de vida dos dados e a sustentabilidade dos ativos, conforme detalhado abaixo:

3.2.1. Composição da Solução e Ciclo de Vida dos Ativos

A solução foi desenhada considerando o ciclo de vida útil dos equipamentos adquiridos em 2020 e a perenidade dos dados armazenados, dividindo-se em:

A) Extensão da Vida Útil do Hardware (Serviços):

A contratação de Garantia Estendida e Suporte Técnico para os 02 (dois) servidores Lenovo ThinkSystem SR630 visa prolongar o ciclo de vida destes ativos.

- Justificativa do Ciclo de Vida: Os equipamentos encontram-se em perfeito estado funcional, porém com a garantia de fábrica expirada. A renovação do suporte evita o descarte prematuro de hardware (lixo eletrônico) e o dispêndio de capital (CAPEX) em novos equipamentos, promovendo a sustentabilidade ambiental e a economicidade.
- Escopo: Inclui manutenção preventiva, corretiva, substituição de peças (logística reversa a cargo da Contratada) e atualização de firmwares para mitigar vulnerabilidades de segurança.

B) Armazenamento de Longo Prazo e Baixo Consumo (Bens):

A aquisição de Fitas LTO-8 e Fitas de Limpeza sustenta a estratégia de armazenamento em camadas.

- Sustentabilidade Energética: As fitas magnéticas são mídias de armazenamento "frio" (Cold Storage). Diferente dos discos rígidos (HDDs) que consomem energia continuamente para rotação e refrigeração, as fitas não consomem energia elétrica enquanto armazenadas no cofre, reduzindo drasticamente a pegada de carbono do Datacenter.
- Durabilidade: A tecnologia LTO possui ciclo de vida de arquivamento estimado em até 30 anos (em condições ideais), atendendo aos requisitos de guarda permanente e histórica do INPI.

3.2.2. Memória de Cálculo e Definição dos Quantitativos

Os quantitativos foram definidos com base na análise histórica de consumo extraída do software Commvault, na projeção de crescimento de dados (15% a.a.) e nas normas de retenção (IN INPI/PR nº 01/2023), conforme demonstrado a seguir:

I. CÁLCULO PARA CARTUCHOS DE DADOS LTO-8 (ITEM 2)

- Premissa de Capacidade: Fita LTO-8 com 12 TB nativos. Considerando perda por formatação (overhead) de formatação, utiliza-se a capacidade efetiva média de 11,6 TB por fita.
- Horizonte de Aquisição: Insumos para 24 meses (2 anos).
- Política de Retenção:
 - Backups Mensais: Retenção de 12 meses.
 - Backups Anuais: Retenção de 5 anos (mídia não reutilizável neste período).

A) Demanda para Backups Anuais (Longo Prazo):

Considerando o volume atual (~300 TB) e crescimento de 15% a.a.:

- Ano 1: Necessidade de 326 TB / 11,6 TB = 29 fitas.
- Ano 2: Necessidade de 375 TB / 11,6 TB = 33 fitas.
- Subtotal Anual: 62 fitas.

B) Demanda para Backups Mensais (Médio Prazo):

Optou-se por não reutilizar fitas antigas (LTO-6) para garantir a integridade dos novos dados em LTO-8.

- Ano 1: 3 fitas/mês x 12 meses = 36 fitas.
- Ano 2: 4 fitas/mês (crescimento) x 12 meses = 48 fitas.
- Subtotal Mensal: 84 fitas.

C) Reserva Técnica e Total:

- Soma (a + b) = 146 fitas.
- Reserva Técnica (Contingência de 5% para fitas defeituosas ou picos de gravação) = 8 fitas.
- TOTAL ITEM 2: 154 Unidades.

II. CÁLCULO PARA CARTUCHOS DE LIMPEZA (ITEM 3)

A limpeza é crítica para evitar a abrasividade nas cabeças de leitura dos drives, prolongando a vida útil do robô de backup.

- Frequência: A biblioteca IBM TS4300 possui 4 drives. A média histórica de limpeza automática é de 1,5 limpezas por drive/mês = 6 ciclos mensais no total.
- Total de Ciclos (24 meses): 6 ciclos/mês x 24 meses = 144 ciclos.
- Capacidade da Fita: Cada fita de limpeza universal suporta 50 ciclos.
- Cálculo: 144 / 50 = 2,88 fitas. Arredondamento para 3 fitas.
- Reserva Técnica: +1 fita (para segurança operacional).
- TOTAL ITEM 3: 04 Unidades.

III. CÁLCULO PARA SERVIÇO DE SUPORTE (ITEM 1)

- Base Instalada: 02 (dois) Servidores Físicos Lenovo ThinkSystem SR630 (Número de Série: E3A 78017FE e L3A 78017AH).

- Período: Cobertura por 12 (doze) meses.
- Unidade: 1 (uma) contratação global de serviço para o par de servidores.
- TOTAL ITEM 1: 1 Serviço Global (cobre 2 ativos).

3.2.3. Gestão de Resíduos e Logística Reversa (Sustentabilidade)

Considerando o ciclo de vida e a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a execução contratual deverá observar:

3.2.3.1. Peças Substituídas (Serviços): A Contratada será integralmente responsável pela logística reversa de componentes eletrônicos defeituosos (discos, fontes, placas) substituídos durante a manutenção dos servidores, garantindo o descarte ambientalmente adequado ou reciclagem, vedado o descarte em lixo comum.

3.2.3.2. Fitas de Dados (Insumos) Exceção de Segurança: Em caso de defeito nas fitas de dados LTO já utilizadas, não haverá logística reversa para a Contratada. Devido à sensibilidade das informações gravadas (Segurança da Informação), as mídias defeituosas serão submetidas a processo de destruição segura (trituração ou desmagnetização) nas dependências do INPI, conforme diretrizes de desfazimento de ativos de informação da POSIN, sendo a Contratada dispensada do recolhimento físico, mas obrigada à reposição do bem em garantia.

3.2.3.3. Embalagens: A Contratada deve priorizar o fornecimento dos insumos em embalagens recicláveis, minimizando o uso de plásticos não biodegradáveis.

3.3. Caracterização como Solução Única de TIC: Em atendimento ao art. 3º, inciso I, da IN SGD/ME nº 94/2022, atesta-se que o presente objeto constitui uma única Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação. A manutenção da infraestrutura de processamento (Servidores) e a aquisição das mídias magnéticas (Fitas LTO e Limpeza) compõem um ecossistema técnico e operacionalmente indissociável para a execução da rotina de backup corporativo, convergindo para o propósito único de assegurar a capacidade de recuperação de desastres (Disaster Recovery) e a continuidade de negócios da Autarquia.

3.4. Para fins de enquadramento normativo, declara-se que o objeto desta contratação classifica-se na categoria de "Materiais e Equipamentos de TIC", conforme Anexo II, item 1.1, da IN SGD/ME nº 94/2022, englobando o fornecimento de suprimentos de armazenamento e os serviços de manutenção e suporte da infraestrutura física. Atesta-se, ainda, o cumprimento das diretrizes de Segurança da Informação (Anexo I, Item 7), consubstanciadas nas regras de retenção de mídias para prevenção de vazamento de dados corporativos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Garantia de Continuidade de Negócios e Recuperação de Desastres (Disaster Recovery): A solução deve assegurar a manutenção da capacidade operacional de backup e restore, garantindo que os dados críticos do INPI possam ser recuperados tempestivamente em caso de falhas lógicas, físicas ou ataques cibernéticos, respeitando os Tempos Objetivos de Recuperação (RTO) definidos pela Autarquia.

4.1.2. Manutenção da Estratégia de Defesa em Profundidade (Air Gap): A contratação deve viabilizar a continuidade da estratégia de segurança baseada em isolamento físico (offline), garantindo que cópias de segurança sejam armazenadas em mídias removíveis (fitas LTO), imunes a ataques de ransomware que trafeguem pela rede de dados.

4.1.3. Conformidade com a Política de Retenção de Dados: A solução deve prover insumos em quantidade e qualidade suficientes para suportar o crescimento vegetativo do volume de dados (estimado em 15% ao ano) e o cumprimento dos prazos normativos de guarda de longo prazo (5 anos para backups anuais), evitando a reutilização prematura de mídias e a consequente perda de histórico.

4.1.4. Estabilidade e Confiabilidade da Infraestrutura: Assegurar a disponibilidade da infraestrutura de processamento (Media Servers) através de suporte técnico especializado, mitigando riscos de interrupção nas janelas de backup causadas por falhas de hardware ou desatualização de firmware.

4.1.5. O suporte deve cobrir integralmente todos os componentes internos instalados nos servidores, incluindo placas controladoras (HBAs), fontes redundantes, memórias e discos, conforme configuração original ou upgrades realizados.

4.1.6. Rastreabilidade e Cadeia de Custódia: Os insumos fornecidos devem possuir identificação única e sequencial (etiquetas de código de barras), compatível com a automação da biblioteca robótica, permitindo o controle de inventário, a localização física precisa no cofre e a auditabilidade da movimentação das mídias.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica formal (cursos/treinamentos) na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação, tendo em vista que a equipe técnica do INPI já opera a solução de backup e detém o conhecimento necessário sobre os equipamentos.

4.2.1. Não obstante, a Contratada deverá fornecer orientação operacional à equipe técnica do INPI sempre que houver atualização de firmware crítica ou alteração nos procedimentos de abertura de chamados técnicos, garantindo que os servidores saibam acionar o suporte e utilizar os canais de atendimento corretamente.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, à Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

4.3.1. à Lei nº 12.305, de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);

4.3.2. aos normativos internos do INPI, especificamente a Política de Segurança da Informação (POSIN), instituída pela Portaria INPI/PR nº 09/2025, e a Política de Cópia de Segurança (Backup), instituída pela Instrução Normativa INPI/PR nº 01/2023.

Requisitos de Manutenção

4.4. Devido às características da solução (Item 1 - Suporte aos Servidores), há necessidade de realização de manutenções preventivas e corretivas pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades.

4.4.1. A Manutenção Preventiva consistirá na monitoração da saúde do hardware, análise de logs e, principalmente, na disponibilização e aplicação assistida de atualizações de firmware, drivers e microcódigos recomendados pelo fabricante (Lenovo) para correção de bugs e vulnerabilidades de segurança.

4.4.2. A Manutenção Corretiva consistirá no diagnóstico de falhas e na substituição física de peças e componentes defeituosos (como discos rígidos, fontes de alimentação, placas, memórias, entre outros) por itens novos, originais ou homologados pelo fabricante, assegurando o restabelecimento do equipamento às condições normais de operação.

Requisitos Temporais

4.5. Para os itens de fornecimento de bens (Fitas LTO e Limpeza), a entrega deve ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, no endereço da Sede do INPI no Rio de Janeiro/RJ, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante. Para o item de prestação

de serviço (Suporte), o início da cobertura contratual deve ocorrer imediatamente após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço, com atendimento 24x7.

4.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.7. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.8. Na execução dos serviços de suporte técnico aos servidores (Item 1), deverão ser observados os seguintes prazos, contados a partir da abertura do chamado técnico:

| Atividade, Tarefa ou Serviço | Prazo máximo de início de atendimento | Prazo máximo de solução de problema |
|---|---------------------------------------|---|
| Criticidade 1 (Parada Total ou falha crítica que impeça o backup) | Até 04 (quatro) horas | Até 12 (doze) horas |
| Criticidade 2 (Degradação severa de performance ou perda de redundância) | Até 08 (oito) horas | Até 24 (vinte e quatro) horas |
| Criticidade 3 (Falha menor ou dúvidas operacionais) | Até 24 (vinte e quatro) horas | Até 48 (quarenta e oito) horas |
| Substituição de Peças (Hardware) - Para casos que não sejam Criticidade 1 | - | Até 168 (cento e sessenta e oito) horas (7 dias corridos) |

4.8.1. Da Contagem de Prazos e Exclusões:

4.8.1.1. A apuração dos níveis de serviço considerará horas corridas (24x7).

4.8.1.2. O tempo de solução será interrompido apenas nas seguintes hipóteses, devidamente comprovadas:

I - Períodos de manutenção programada previamente autorizados pelo INPI;

II - Falhas de infraestrutura alheias à Contratada (ex: falta de energia elétrica no Datacenter do INPI ou falha de link de internet);

III - Motivos de força maior ou caso fortuito;

IV - Indisponibilidade de acesso físico ao local dos equipamentos motivada pelo Contratante.

4.8.1.3. Solução de Contorno: Para chamados de Criticidade 1, caso a solução definitiva (ex: troca de peça) dependa de logística superior a 12 horas, aceitar-se-á como "Solução Provisória" a aplicação de medida de contorno (workaround) que restabeleça a funcionalidade do serviço de backup, cessando a contagem do SLA de Solução, desde que a Contratada inicie imediatamente o trâmite para a solução definitiva dentro do prazo de 168 horas para troca de peças.

4.8.2. Do Encerramento do Chamado:

4.8.2.1. Entende-se por término de atendimento a disponibilidade do equipamento em perfeitas condições de funcionamento no local de instalação, condicionado ao "de acordo" do fiscal técnico do INPI.

4.8.2.2. O encerramento deve ser formalizado com o envio de Relatório Técnico contendo: data/hora do início e fim, diagnóstico, peças substituídas (com Part Numbers) e testes realizados.

4.8.3. Substituição de Peças e Equipamentos (Hardware):

4.8.3.1. Reparo de Peças: Iniciado o atendimento e diagnosticada a necessidade de troca de componentes, o reparo definitivo deve ocorrer em até 168 horas (7 dias corridos).

4.8.3.2. Contingência Crítica (Backup de Hardware): Caso ocorra falha crítica que não possa ser reparada no prazo de 12 horas (Críticidade 1) ou em caso de falha simultânea de ambos os servidores, a Contratada deverá disponibilizar e instalar, em até 48 (quarenta e oito) horas, um servidor de backup (equipamento substituto provisório) com configurações equivalentes ou superiores, mantendo-o em operação até o reparo definitivo ou substituição do equipamento original.

4.8.3.3. Troca Definitiva: Caso o equipamento não seja passível de reparo, a substituição definitiva por um novo servidor deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da manutenção do equipamento provisório instalado, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa aceita por parte do INPI.

4.8.3.4. Execução por Terceiros: Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação ou apresentação de justificativa aceita, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos ou a substituição do bem, exigindo da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.9. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e:

4.9.1. Observar a classificação da informação quanto ao grau de sigilo, garantindo que profissionais da Contratada que tenham acesso físico ou lógico aos servidores e mídias assinem o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, conforme modelo constante no Anexo I da Portaria INPI/PR nº 09/2025 (POSIN).

4.9.2. Política de Não Devolução de Mídias de Dados: Em conformidade com a gestão de riscos de segurança da informação, fica estritamente vedada a devolução de cartuchos de fita de dados (LTO) defeituosos ou substituídos em garantia à Contratada. Tais mídias permanecerão sob custódia do INPI para descarte seguro (destruição física ou desmagnetização) nas dependências da Autarquia, visando impedir a recuperação indevida de dados sensíveis ou pessoais (LGPD), devendo a Contratada aceitar o laudo técnico do INPI para fins de reposição do item.

4.9.3. A execução dos serviços de suporte técnico não poderá, em hipótese alguma, alterar as configurações de segurança, logs de auditoria ou permissões de acesso dos servidores sem a expressa e formal autorização da equipe de Segurança da Informação do INPI.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.10. Os serviços e equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.10.1. Logística Reversa de Eletroeletrônicos: Para o item de Suporte Técnico (Servidores), a Contratada obriga-se a realizar a coleta e o descarte ambientalmente adequado de todas as peças e componentes eletrônicos substituídos (ex: baterias, placas, fontes, discos rígidos), em conformidade com a Lei nº 12.305 /2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e o Decreto nº 10.936/2022, isentando o INPI de responsabilidade sobre o passivo ambiental destes resíduos.

4.10.2. Os insumos (fitas) deverão ser fornecidos, preferencialmente, em embalagens reduzidas e constituídas de materiais recicláveis, minimizando a geração de resíduos sólidos nas dependências do Contratante.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.11. Os serviços e equipamentos deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.12. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.12.1. Interoperabilidade de Hardware: As mídias (LTO-8 e Limpeza) devem ser nativamente compatíveis com a arquitetura da biblioteca robótica IBM TS4300 e seus respectivos drives, garantindo o funcionamento dos mecanismos de automação, leitura de código de barras e montagem de fitas sem necessidade de adaptadores ou upgrades de firmware não homologados.

4.12.2. Interoperabilidade de Software: A solução de suporte aos servidores e os insumos fornecidos devem manter total compatibilidade com o software de backup corporativo utilizado pelo INPI (Commvault), assegurando que as mídias sejam reconhecidas, inventariadas e gerenciadas pela aplicação sem erros de I/O (Input/Output).

4.12.3. As atualizações de firmware e drivers aplicadas nos servidores Lenovo SR630 durante a prestação do serviço de suporte devem seguir a Matriz de Compatibilidade (HCL - Hardware Compatibility List) oficial do fabricante para o sistema operacional em uso, evitando a introdução de instabilidades no ambiente produtivo.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.13. Os serviços e o fornecimento de bens deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.13.1. Padrões de Engenharia (Insumos): As fitas de dados devem seguir rigorosamente as especificações do consórcio LTO Program para a geração LTO-8 (capacidade nativa e propriedades magnéticas), garantindo que a implementação não exija alterações de hardware ou atualizações de firmware não planejadas na biblioteca IBM TS4300. As etiquetas de código de barras devem seguir o padrão Ultrium, com a sequência numérica específica a ser fornecida pelo INPI na fase de implementação (Ordem de Fornecimento).

4.13.2. Metodologia de Gestão de Serviços (Suporte): A implementação do serviço de suporte técnico deve utilizar metodologia baseada nas melhores práticas de ITSM (IT Service Management), obrigatoriamente através de sistema de abertura e acompanhamento de chamados (ticketing system) que forneça número de protocolo único, rastreabilidade de eventos e registro de horas para fins de aferição de SLA.

4.13.3. Documentação Técnica: A Contratada deverá atualizar a documentação técnica do ambiente (As-Built) sempre que houver substituição de componentes críticos ou atualização de firmware nos servidores, registrando as versões implementadas e as alterações de configuração realizadas.

Requisitos de Implantação

4.14. Os serviços e equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.14.1. Ativação do Suporte (Onboarding): A implantação do serviço de suporte técnico dar-se-á pela conferência do inventário físico dos servidores e o efetivo registro/ativação dos números de série (Serial Numbers) na base de dados do fabricante (Lenovo) ou da rede autorizada, garantindo que o INPI tenha "direito de uso" reconhecido para abertura de chamados diretamente nos canais oficiais.

4.14.2. Homologação dos Insumos: A implantação das fitas LTO consistirá na entrega física, seguida de um período de aclimação (conforme recomendação do fabricante) e posterior teste de inserção na biblioteca robótica. O aceite da implantação fica condicionado ao sucesso na leitura das etiquetas de código de barras pelo leitor do robô e a montagem da mídia no drive sem erros mecânicos.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.15. O prazo de garantia contratual dos bens (itens 2 e 3), complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.16. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

4.17. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.18. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.19. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.20. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.21. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.22. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.23. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.24. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.25. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.26. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.27. Escopo da Garantia de Bens: A garantia das fitas cobre defeitos de fabricação, falhas de leitura/gravação (erros de I/O) não atribuíveis ao mau uso e problemas de aderência ou legibilidade das etiquetas de código de barras.

4.28. Particularidade de Segurança (Não Devolução): Em caso de acionamento da garantia de fitas de dados já utilizadas, aplica-se a política de não devolução da mídia defeituosa à Contratada, devendo a comprovação do defeito ser realizada in loco ou mediante envio de logs de erro da biblioteca, conforme item 6.16 do Estudo Técnico Preliminar.

4.29. Manutenção dos Servidores: Para o Item 1, a garantia confunde-se com a própria prestação do serviço de suporte técnico, devendo a manutenção ser prestada de forma on-site (no local de instalação) e cobrir integralmente peças, mão de obra e deslocamentos durante toda a vigência contratual.

Requisitos de Experiência Profissional

4.30. Os serviços de assistência técnica, suporte e garantia deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão (Servidores Lenovo ThinkSystem), bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

4.31. A Contratada deverá comprovar que dispõe de corpo técnico com experiência na execução de serviços de manutenção em servidores de arquitetura de alto desempenho, compatíveis com a complexidade do ambiente do INPI, assegurando a capacidade de diagnóstico e resolução de falhas de hardware e firmware.

Requisitos de Formação da Equipe

4.32. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

4.33. A equipe técnica responsável pelo atendimento de campo (on-site) e suporte nível 2/3 deve possuir certificação técnica oficial do fabricante (Lenovo) vigente, ou comprovação de vínculo com assistência técnica autorizada, garantindo a qualificação para manuseio de componentes proprietários e acesso a procedimentos de engenharia restritos, conforme exigido no item 6.3 do Estudo Técnico Preliminar.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.34. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante, ou abertura de Chamado Técnico autorizado.

4.34.1. A OS/Chamado indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados (Sede do INPI ou Datacenter, ambos no Rio de Janeiro/RJ).

4.34.2. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana de maneira eletrônica (Portal Web, E-mail ou Chat) e 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana por via telefônica, em conformidade com a criticidade do ambiente de backup.

4.34.3. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.34.4. O sistema de atendimento da Contratada deve gerar um número de protocolo único por incidente (ticket), assegurando a rastreabilidade auditável de todas as interações, registros de logs, peças substituídas e horários de intervenção (início e fim) para fins de aferição do Acordo de Nível de Serviço (SLA).

4.35. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante.

4.36. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.37. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 12 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.38. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.39. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos técnicos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir, visando garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados durante a execução dos serviços:

4.40. Todo acesso remoto realizado pela equipe técnica da Contratada aos servidores do INPI para fins de diagnóstico ou reparo deve ocorrer, obrigatoriamente, através de VPN (Virtual Private Network) segura provida pelo INPI, com uso de múltiplos fatores de autenticação (MFA).

4.40.1. É vedado o uso de ferramentas de acesso remoto não homologadas ou o compartilhamento de credenciais de acesso entre os técnicos da Contratada. Cada técnico deve possuir identificação única para fins de auditoria e rastreabilidade (Accountability).

4.40.2. Em observância ao princípio da proteção de dados (LGPD) e à classificação da informação do INPI, componentes de armazenamento de dados (Discos Rígidos/HDD e SSDs) substituídos nos servidores em decorrência de falha não poderão ser retirados das dependências do INPI pela Contratada.

4.40.3. A Contratada deve aceitar o procedimento de destruição física ou desmagnetização desses componentes realizado pela equipe de Segurança do INPI como condição para o encerramento do chamado de troca, renunciando à logística reversa especificamente para estes itens que contêm dados.

4.40.4. As atualizações de firmware e microcódigos a serem aplicadas nos equipamentos devem ser baixadas exclusivamente dos repositórios oficiais do fabricante (Lenovo), sendo vedada a utilização de fontes de terceiros ou arquivos sem validação de integridade (hash), para mitigar riscos de injeção de códigos maliciosos (backdoors).

4.40.5. A Contratada deve notificar imediatamente a Equipe de Tratamento de Incidentes de Redes (ETIR) do INPI caso identifique qualquer vulnerabilidade crítica não pública ou suspeita de comprometimento durante a prestação do suporte técnico.

Vistoria

4.41. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Outros Requisitos Aplicáveis

4.42. Conformidade Ambiental (RoHS): As fitas magnéticas (LTO) e de limpeza fornecidas devem estar em conformidade com as diretivas de restrição de substâncias perigosas (RoHS), garantindo que não contenham níveis proibidos de chumbo, mercúrio ou cádmio.

4.43. Propriedade Intelectual: A Contratada garante que possui todos os direitos ou licenças necessárias para o uso de softwares de diagnóstico e ferramentas de suporte, isentando o INPI de qualquer responsabilidade solidária por violação de propriedade intelectual durante a execução contratual.

Sustentabilidade

4.44. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.44.1. Logística Reversa de Resíduos Eletroeletrônicos: A Contratada fica obrigada a realizar a coleta e a destinação final ambientalmente adequada de peças e componentes eletrônicos substituídos durante a manutenção (como baterias, placas de circuito, fontes de alimentação), conforme disposto na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e no Decreto nº 10.936/2022.

4.44.2. Eficiência e Redução de Embalagens: Os insumos (fitas) deverão ser entregues em embalagens que minimizem o uso de plásticos e materiais não recicláveis, devendo a Contratada, sempre que possível, recolher as embalagens vazias no ato da entrega para reciclagem.

4.44.3. Conformidade Ambiental dos Produtos: As mídias magnéticas ofertadas não devem conter substâncias perigosas em níveis superiores aos permitidos pela diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), garantindo menor impacto ambiental no descarte futuro.

4.44.4. Alinhamento Estratégico Sustentável: As especificações e obrigações ambientais descritas neste tópico encontram-se em estrito alinhamento com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) do INPI.

4.44.5. Comprovação dos Requisitos de Sustentabilidade: O atendimento aos critérios descritos neste tópico será comprovado pela Contratada de forma simplificada, visando a economicidade e a ampla competitividade, da seguinte forma:

I – Para a Logística Reversa: Mediante a entrega de uma Declaração Formal de Destinação Ambientalmente Adequada, assinada pelo representante legal da Contratada no encerramento da Ordem de Serviço, atestando sob as penas da lei que as peças substituídas foram descartadas conforme a Lei nº 12.305/2010, dispensando-se a exigência de laudos ou certificados onerosos emitidos por terceiros;

II – Para a Redução de Embalagens: Através de verificação visual direta pela Fiscalização do Contrato no ato da entrega dos bens (Recebimento Provisório);

III – Para a Conformidade RoHS: Mediante a apresentação de documento público do fabricante (como ficha técnica, datasheet ou manual) que informe que as mídias magnéticas atendem aos padrões da diretiva RoHS.

Indicação de marcas ou modelos

4.45. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares (Item 2.8.1 e 6.10 do ETP): Servidores da marca LENOVO, modelos ThinkSystem SR630, para o serviço de suporte técnico, e Fitas de Tecnologia LTO, padrão Ultrium, para os insumos, visando assegurar a compatibilidade com o parque instalado e a padronização técnica necessária à continuidade do serviço de backup.

Da exigência de carta de solidariedade

4.46. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante (Lenovo), que assegure a execução do contrato de suporte técnico, o acesso legal a atualizações de firmware/microcódigos e o fornecimento de peças originais, conforme exigência de qualificação técnica do ETP.

4.47. A exigência de carta de solidariedade é medida técnica indispensável para a segurança cibernética e a continuidade operacional do ambiente de backup do INPI, não se tratando de restrição comercial, mas de requisito de segurança da informação, fundamentado em três pilares:

4.47.1. Acesso a Atualizações de Segurança (Firmware): Apenas parceiros credenciados pelo fabricante (Lenovo) possuem acesso legal e garantido às atualizações de microcódigos e correções de vulnerabilidades críticas. A contratação de empresa sem esse vínculo impediria a aplicação de patches de segurança, expondo a Autarquia a riscos cibernéticos inaceitáveis.

4.47.2. Garantia de Procedência (Supply Chain): Assegura que todas as peças de reposição utilizadas na manutenção sejam originais e novas, eliminando o risco de instalação de componentes falsificados ou oriundos do "mercado cinza", que poderiam danificar o equipamento ou causar perda de dados.

4.47.3. Mitigação de Risco de Descontinuidade: Vincula o fabricante à execução do objeto, garantindo que, em caso de incapacidade operacional da Contratada principal, o suporte e o fornecimento de peças para a infraestrutura crítica de Disaster Recovery não serão interrompidos.

Subcontratação

4.48. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.49. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.49.1. A gestão e a responsabilidade técnica principal pelo contrato de suporte aos servidores;

4.49.2. O fornecimento dos insumos (fitas), que deve ser realizado diretamente pela licitante vencedora ou sua filial.

4.50. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.50.1. Serviços acessórios de logística e transporte para entrega dos insumos;

4.50.2. Serviços pontuais de mão de obra técnica especializada para intervenções específicas em hardware, desde que sob supervisão da Contratada.

4.51. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.52. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.53. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.54. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.55. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021. A exigência foi dispensada visando à economicidade e à ampliação da competitividade do certame, considerando o baixo risco financeiro da contratação para a Administração, uma vez que:

4.55.1. Não haverá antecipação de pagamento;

4.55.2. O pagamento dos bens (Fitas) ocorrerá somente após a entrega, conferência e aceite definitivo;

4.55.3. O pagamento dos serviços (Suporte) será mensal, condicionado à execução e ateste da fiscalização; e

4.55.4. As sanções administrativas e a possibilidade de glosa no pagamento já constituem mecanismos suficientes para compelir a Contratada ao cumprimento das obrigações.

Informações relevantes para o dimensionamento e/ou apresentação da proposta

4.56. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.56.1. Localização para Execução dos Serviços (Suporte): Os equipamentos objeto da manutenção (Servidores Lenovo) estão instalados no Datacenter do INPI, situado na Estrada Adhemar Bebiano, 1.380 - Del Castilho, Rio de Janeiro/RJ. A Contratada deve prever em sua proposta todos os custos indiretos (deslocamento, alimentação, estadia, pedágio, etc.) necessários para garantir o atendimento on-site neste endereço, sempre que acionada.

4.56.2. Local de Entrega dos Insumos (Fitas): Os bens adquiridos (fitas de dados e de limpeza) deverão ser entregues na Sede do INPI, situada na Rua Mayrink Veiga, 09 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, em dias úteis e horário comercial, onde serão submetidos à conferência e tombamento antes do envio ao cofre.

4.56.3. Local e Forma de Entrega dos Insumos (Fitas): Os bens adquiridos (Itens 2 e 3) deverão ser entregues em remessa única e integral, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, na Sede do INPI, situada na Rua Mayrink Veiga, 09 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, em dias úteis e horário comercial.

4.56.3.1. A entrega deverá ocorrer mediante agendamento prévio com o Fiscal Técnico, para fins de conferência e tombamento antes do envio ao cofre.

4.56.4. Criticidade e Estoque de Peças: O ambiente opera em regime de alta disponibilidade (24x7) e sustenta a proteção de dados críticos da Autarquia. Para cumprir o SLA de 12 (doze) horas exigido para solução de falhas críticas (Item 4 deste TR), a licitante deve dimensionar sua proposta considerando a manutenção de estoque local ou regional de peças de reposição para os servidores Lenovo SR630, garantindo agilidade logística, conforme exigência técnica do ETP.

4.56.5. Especificidade dos Insumos: As fitas LTO-8 ofertadas devem ser nativamente compatíveis com a automação da biblioteca robótica IBM TS4300. As etiquetas de código de barras devem vir pré-aplicadas de fábrica e seguir o padrão Ultrium de qualidade industrial (tipo Tri-Optic ou equivalente), garantindo a leitura correta e evitando descolamento interno. As etiquetas devem conter o sufixo "L8" (ex: 123456L8) para correta identificação da densidade pela biblioteca.

4.56.6. Custos de Reativação (Reinstatement): O valor proposto deve incluir todos os custos relativos a eventuais taxas de recertificação (reinstatement fees), inspeções prévias ou multas exigidas pelo fabricante (Lenovo) para a reativação da garantia oficial, uma vez que os equipamentos podem encontrar-se sem cobertura vigente no momento da assinatura do contrato.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.1.9. Permitir o acesso dos técnicos da Contratada às dependências do INPI (Datacenter), mediante identificação prévia e assinatura do termo de sigilo, para a realização dos serviços de suporte on-site;

5.1.10. Realizar o descarte seguro e ambientalmente adequado das mídias de dados defeituosas que não forem devolvidas à Contratada por razões de segurança da informação.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. Fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

5.2.10. Realizar a logística reversa das peças e componentes eletrônicos substituídos durante a manutenção dos servidores, em conformidade com a legislação ambiental;

5.2.11. Garantir o sigilo das informações acessadas durante a prestação dos serviços, vedada a cópia, transmissão ou divulgação não autorizada de dados do INPI.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica, observando a natureza mista de fornecimento de bens e prestação de serviços:

6.1.1. Início da execução:

6.1.1.1. Para os Itens de Bens (Itens 2 e 3 – Fitas de Dados e Limpeza):

6.1.1.1.1. O Gestor do Contrato emitirá a Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) para a entrega dos bens desejados;

6.1.1.1.2. O prazo máximo para a entrega é de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da referida Ordem pela Contratada;

6.1.1.1.3. A Contratada deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB;

6.1.1.1.4. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste Termo de Referência.

6.1.1.2. Para o Item de Serviço (Item 1 - Suporte Técnico):

6.1.1.2.1. O início da execução e cobertura contratual dar-se-á imediatamente após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço (OS) inicial. A Contratada deverá disponibilizar os canais de atendimento e comprovar a ativação da garantia junto ao fabricante (Lenovo) no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da referida OS.

6.1.2. Descrição detalhada da execução:

6.1.2.1. Item 1 (Suporte Técnico): O serviço compreende o atendimento remoto e presencial (on-site) para diagnóstico e solução de incidentes de hardware e software (firmware) nos servidores Lenovo SR630, incluindo a substituição de peças defeituosas. A rotina envolve abertura de chamado, triagem, deslocamento técnico (se necessário) e encerramento com relatório técnico.

6.1.2.2. Itens 2 e 3 (Fitas): O fornecimento consiste na entrega única e integral de todo o quantitativo de cartuchos de dados e limpeza, devidamente etiquetados com códigos de barras (barcodes) compatíveis e acondicionados em suas embalagens originais, sujeitos à conferência visual e testes de leitura por amostragem na biblioteca robótica do INPI para fins de recebimento definitivo.

6.1.3. Cronograma de realização dos serviços: O suporte técnico será prestado de forma contínua e ininterrupta (24x7) durante toda a vigência contratual de 60 (sessenta) meses.

Condições de Entrega

6.2. O prazo de entrega dos bens (Itens 2 e 3) é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) pela Contratada, em remessa única.

6.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior devidamente comprovadas.

6.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) – Rua Mayrink Veiga, nº 09, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20090-910 (Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – 23º Andar).

Local e horário da prestação dos serviços

6.5. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

6.5.1. Sede do INPI: Rua Mayrink Veiga, nº 09, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20090-910.

6.5.2. Datacenter do INPI: Estrada Adhemar Bebiano, nº 1.380, Del Castilho, Rio de Janeiro - RJ, CEP 21.061-750.

6.5.3. A Contratada obriga-se a realizar o atendimento presencial (on-site) nos endereços supracitados, bem como em qualquer outra localidade para a qual os equipamentos venham a ser transferidos durante a vigência contratual, desde que situada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sem repactuação de preços ou ônus adicional de deslocamento para o Contratante.

6.6. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

6.6.1. Suporte Técnico (Abertura de Chamados): 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados.

6.6.2. Intervenções Presenciais e Entrega de Bens: Preferencialmente em dias úteis, das 08h00 às 17h00, salvo situações de emergência crítica (Parada Total) que exijam atuação imediata fora do expediente.

Rotinas a serem cumpridas

6.7. A execução contratual observará as rotinas de segurança da informação e acesso físico do INPI, incluindo:

6.7.1. Identificação prévia dos técnicos para acesso às dependências;

6.7.2. Assinatura de Termo de Sigilo e Responsabilidade;

6.7.3. Registro de entrada e saída de equipamentos e mídias;

6.7.4. Acompanhamento integral por servidor da equipe de Infraestrutura do INPI durante as intervenções.

Materiais a serem disponibilizados

6.8. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.8.1. Peças de Reposição: Componentes originais e novos (discos, fontes, placas, memórias) para substituição imediata em caso de falha nos servidores Lenovo SR630, sem ônus adicional para o Contratante.

6.8.2. Ferramental Técnico: Ferramentas de precisão, softwares de diagnóstico, notebooks de serviço, cabos e adaptadores necessários para que os técnicos da Contratada realizem as manutenções on-site.

6.8.3. Etiquetas de Código de Barras: Etiquetas pré-impressas de alta qualidade (padrão Ultrium) para identificação dos cartuchos de fita LTO, garantindo a legibilidade pelo braço robótico da biblioteca.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.9. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.9.1. O ambiente de backup é crítico para a continuidade de negócios do INPI, exigindo rigoroso cumprimento dos Acordos de Nível de Serviço (SLA) para reparo de hardware (até 12h para falhas críticas).

6.9.2. A logística de atendimento deve considerar o deslocamento técnico para a cidade do Rio de Janeiro/RJ, bem como a disponibilidade de peças de reposição em estoque local ou regional para atendimento aos prazos de SLA.

6.9.3. As fitas fornecidas devem ser obrigatoriamente compatíveis com a automação da biblioteca IBM TS4300, não sendo aceitas mídias que apresentem falhas de montagem mecânica ou leitura de rótulo (barcode).

Formas de transferência de conhecimento

6.10. A transferência do conhecimento deverá ser realizada observando-se o que segue:

6.10.1. Documentação Operacional: Durante a execução contratual, a Contratada deve manter atualizada a documentação técnica do ambiente (inventário de hardware, histórico de atualizações de firmware e logs de intervenção). Essa documentação deve ser entregue formalmente à equipe técnica do INPI ao final de cada atendimento de suporte ou, de forma consolidada, ao término do contrato.

6.10.2. Repasse de Instruções: Sempre que houver atualização crítica de software ou alteração na topologia de hardware decorrente de manutenção, os técnicos da Contratada deverão repassar as instruções operacionais pertinentes à equipe de Infraestrutura do INPI, garantindo a autonomia da Autarquia na operação.

Procedimentos de transição e finalização do contrato (Item 1 – Suporte Técnico)

6.11. Os procedimentos de transição e finalização do contrato aplicáveis ao Item 1 (Serviço de Suporte e Garantia) constituem-se das seguintes etapas, visando garantir a continuidade do serviço sem interrupção até a entrada de nova contratada:

6.11.1. Plano de Transição: Nos 60 (sessenta) dias anteriores ao término da vigência contratual, a Contratada deverá apresentar um plano de desmobilização, listando todos os chamados técnicos em aberto, pendências de entrega de peças e o status atualizado da garantia de cada equipamento.

6.11.2. Transferência de Ativos de Informação: A Contratada deverá transferir formalmente para a gestão do INPI ou da nova empresa contratada todo o histórico de chamados técnicos, relatórios de SLA e credenciais de acesso (caso existam) aos portais de suporte do fabricante (Lenovo), assegurando que não haja perda de histórico de manutenção.

6.11.3. Encerramento de Chamados Pendentes: Todos os chamados técnicos abertos durante a vigência do contrato deverão ser solucionados antes do encerramento definitivo. Caso a solução demande prazo superior à vigência, a Contratada permanecerá responsável por aquele atendimento específico até a sua conclusão, sem ônus adicional para o INPI.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.12. A quantidade mínima de serviço para controle e faturamento será a mensalidade (para o Item 1 - Suporte), aferida mediante relatório de níveis de serviço (SLA), e a unidade física entregue (para os Itens 2 e 3 - Insumos), aferida mediante Nota Fiscal e Termo de Recebimento.

6.13. O controle da execução do Item 1 (Serviço de Suporte e Garantia) será realizado através da abertura de chamados técnicos na ferramenta de ITSM da Contratada e/ou do INPI, gerando indicadores de tempo de resposta e solução para comparação com as metas de SLA estabelecidas neste Termo de Referência.

6.14. Para os Itens 2 e 3 (Aquisição de Bens): Cada Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo de entrega, conforme definições deste Termo de Referência.

Mecanismos formais de comunicação

6.15. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

I) Ordem de Serviço / Ordem de Fornecimento;

II) Ata de Reunião;

III) Ofício;

IV) Sistema de abertura de chamados;

V) E-mails e Cartas;

VI) Portal do Fornecedor.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.16. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.17. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS B e C.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto de forma permanente, sendo suficiente a indicação formal de um representante apto a responder pela execução contratual, que deverá estar

disponível para contato telefônico e eletrônico durante o horário de expediente e para comparecimento presencial quando convocado.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

7.18.1. Monitoramento de SLA: Aferição mensal dos indicadores de nível de serviço (tempos de resposta e solução) registrados no sistema de chamados de suporte técnico, comparando-os com as metas de criticidade estabelecidas neste Termo de Referência para fins de aceite do serviço e aplicação de glosas.

7.18.2. Conferência Técnica de Insumos: Verificação da conformidade técnica das fitas de dados (LTO) e limpeza entregues, incluindo a validação da qualidade das etiquetas de código de barras (barcodes) e testes de compatibilidade com a biblioteca robótica IBM TS4300.

7.18.3. Validação de Peças: Acompanhamento das substituições de peças (hardware) nos servidores, certificando-se de que os componentes instalados são originais ou homologados pelo fabricante (Lenovo) e novos.

7.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.20. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.22. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.22.1. Controle de Documentação: Gestão e arquivamento dos Termos de Compromisso de Manutenção de Sigilo assinados pela Contratada.

7.22.2. Verificação de Regularidade: Consulta aos sistemas oficiais (SICAF, CNDs), assegurando a manutenção das condições de habilitação.

7.22.3. Gestão de Saldos: Controle do quantitativo de insumos (fitas) solicitados e entregues frente ao total empenhado, alertando o Gestor sobre a necessidade de reforço de empenho ou aditivos.

Gestor do Contrato

7.23. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.23.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.23.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.23.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.23.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.23.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.23.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.23.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço e/ou dos bens.

7.23.8. receber e dar encaminhamento imediato:

7.23.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.23.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

Critérios de Aceitação

7.24. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.25. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.26. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.27. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.28. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.29. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.30. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.31. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.32. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.33. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.34. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

7.34.1. Inspeção Visual e Documental: Conferência da integridade das embalagens (verificação de lacres de fábrica violados), contagem dos quantitativos em confronto com a Nota Fiscal e validação visual das etiquetas de código de barras (barcodes) pré-aplicadas, assegurando que seguem o padrão LTO exigido e estão legíveis.

7.34.2. Verificação de Originalidade: Análise física dos cartuchos para certificar que se tratam de insumos novos, de primeiro uso e não recondicionados, podendo a Administração solicitar atestado de origem ou cadeia de custódia do fabricante em caso de dúvida fundada sobre a procedência.

7.34.3. Teste Funcional por Amostragem: Seleção aleatória de uma amostra (5% do lote) para inserção na Biblioteca de Fitas (IBM TS4300) do INPI, visando validar:

7.34.3.1. O reconhecimento lógico da mídia pela robótica (automação);

7.34.3.2. A leitura correta do código de barras pelo leitor interno da biblioteca;

7.34.3.3. A inexistência de erros de mídia (Media Error ou Hardware Error) ao tentar realizar a montagem (mount) e operações básicas de I/O.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos (Bens - Itens 2 e 3)

7.35. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

| IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO | |
|--|--|
| Tópico | Descrição |
| Finalidade | Mensurar o cumprimento do prazo de entrega das Fitas de Dados e Limpeza (Itens 2 e 3), garantindo a disponibilidade dos insumos para o backup. |
| Meta a cumprir | IAE \leq 0 (Zero atraso). A entrega deve ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos ou no prazo estipulado na Ordem de Fornecimento. |
| Instrumento de medição | Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) e Nota Fiscal atestada (Recibo Provisório). |

| | |
|---|--|
| Forma de acompanhamento | Comparação entre a data limite estabelecida na emissão da OFB e a data efetiva da entrega dos bens na Sede do INPI (data do recebimento provisório). |
| Periodicidade | A cada entrega realizada (Apuração única, dado o fornecimento integral). |
| Mecanismo de Cálculo (métrica) | $IAE = TEX - TEST$ <p>Onde:</p> <p>IAE: Indicador de Atraso de Entrega;</p> <p>TEX: Tempo de Execução (data efetiva da entrega - data de recebimento da OFB);</p> <p>TEST: Tempo Estimado (Prazo contratual de 30 dias ou outro definido na OFB).</p> <p>(Se o resultado for negativo ou zero, a meta foi cumprida. Se positivo, indica dias de atraso).</p> |
| Observações | <p>A contagem será em dias corridos.</p> <p>Caso a entrega seja rejeitada por defeito ou desconformidade (conforme testes de aceitação), o tempo continuará contando até a reposição do bem conforme, impactando o indicador.</p> |
| Início de Vigência | A partir do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB). |
| Faixas de ajuste no pagamento e Sanções | <p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>$IAE \leq 0$: Pagamento integral (Meta cumprida).</p> <p>$IAE > 0$: O pagamento será realizado, porém, a Contratada estará sujeita às sanções moratórias (multa por atraso) previstas no tópico "Das Sanções Administrativas" deste Termo de Referência, calculadas sobre a parcela em atraso.</p> |

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) disposto nesta seção, aplicável especificamente à parcela de serviços (Suporte Técnico). Para a parcela de fornecimento de bens (Fitas), a avaliação será baseada na conformidade técnica e prazo de entrega.

| IC-SLA - ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DE SLA (SUPORTE TÉCNICO) | |
|---|-----------|
| Tópico | Descrição |
| | |

| | |
|---------------------------------------|---|
| Finalidade | Aferir a qualidade e a tempestividade do suporte técnico prestado, verificando o cumprimento dos Níveis de Serviço (SLA) para atendimento e solução de incidentes. |
| Meta a cumprir | IC-SLA igual ou superior a 95%. |
| Instrumento de medição | Relatório mensal de chamados extraído da ferramenta de Service Desk da Contratada ou do INPI, contendo datas e horários de abertura, início de atendimento e encerramento. |
| Forma de acompanhamento | Mediante análise dos relatórios mensais de chamados, confrontando os horários de abertura, resposta e solução com as metas de tempo definidas neste Termo de Referência. |
| Periodicidade | Mensal (para fins de pagamento da fatura de serviço). |
| Mecanismo de Cálculo (métrica) | $ICSLA = \left(\frac{\text{Total de Chamados no Período}}{\text{Total de Chamados Atendidos no Prazo}} \right) \times 100$ <p>Onde:</p> <p>Chamados no Prazo: Ocorrências em que tanto o tempo de resposta quanto o de solução ficaram dentro dos limites do SLA.</p> <p>Total de Chamados: Todas as ocorrências encerradas no mês de referência.</p> |
| Observações | <p>A contagem de horas segue o regime 24x7 (horas corridas).</p> <p>Chamados pendentes de peça (aguardando hardware) contam como tempo corrido, salvo se dentro do prazo de 168h para troca de peça.</p> |
| Início de Vigência | A partir da emissão da primeira Ordem de Serviço de ativação do suporte. |
| Faixas de ajuste no pagamento (Glosa) | <p>IC-SLA \geq 95%: Pagamento integral (sem descontos).</p> <p>IC-SLA \geq 90% e $<$ 95%: 5% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IC-SLA \geq 80% e $<$ 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>IC-SLA $<$ 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal, sem prejuízo de outras sanções por inexecução parcial.</p> |

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1. não produziu os resultados acordados;

8.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.4.1. Para o Serviço de Suporte (Item 1): Aprovação do Relatório Mensal de Serviços, condicionado ao atingimento das metas do IMR acima descrito e à validação, por amostragem, da veracidade das informações registradas nos chamados.

8.4.2. Para os Insumos (Itens 2 e 3): Conferência quantitativa e qualitativa das fitas entregues, incluindo teste de leitura das etiquetas de código de barras (barcodes) pela biblioteca robótica, devendo o índice de rejeição ser de 0% (zero por cento). Caso alguma fita apresente falha imediata, o lote poderá ser rejeitado ou o pagamento retido até a substituição.

8.4.3. Documentação Fiscal: Regularidade das Notas Fiscais emitidas em conformidade com os empenhos e atesto do Fiscal do Contrato.

Recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal (para o item de serviço) e a etapa de entrega (para os itens de bens).

8.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.22. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.22.1. Inspeção de Insumos: Conferência visual da integridade das embalagens e lacres no ato da entrega, bem como a validação da sequência numérica das etiquetas de código de barras (barcodes) em conformidade com a Ordem de Fornecimento, garantindo que não haja duplicidade ou falha na sequenciação.

8.22.2. Teste de Compatibilidade: Realização de teste de inserção e leitura de inventário (inventory) de uma amostragem aleatória de, no mínimo, 10% (dez por cento) das fitas entregues na biblioteca robótica IBM TS4300, para garantir a legibilidade das etiquetas pelo leitor do robô e a ausência de erros mecânicos de montagem.

8.22.3. Validação do Suporte: Para o serviço de suporte, a validação do Relatório Mensal de Atendimentos, confrontando os chamados registrados com os tempos de resposta e solução apurados (SLA), e a verificação física (quando houver troca de peças) de que os componentes substituídos são novos e originais/homologados pelo fabricante.

Liquidação

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.25.1. o prazo de validade;

8.25.2. a data da emissão;

8.25.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.25.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.25.5. o valor a pagar; e

8.25.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.39. Reajuste de Preços: Os preços contratados são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de elaboração do orçamento estimado (06/03/2026), em observância ao Art. 25, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

8.39.1. Caso haja prorrogação da vigência contratual para os serviços de suporte técnico (Item 1), os preços poderão ser reajustados após o interregno mínimo de um ano, mediante a aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, incidindo exclusivamente sobre as parcelas do serviço ainda não executadas.

8.39.2. Para os itens de fornecimento de bens (Itens 2 e 3), por se tratar de entrega única, não haverá aplicação de reajuste após a emissão da Nota de Empenho.

8.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem

como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Recebimento do Objeto

8.49. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.50. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.51. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.52. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.53. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.54. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.55. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.56. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.57. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

| ID | Ocorrência | Glosa / Sanção |
|----|---|--|
| 1 | Atraso injustificado no início da prestação dos serviços (suporte) ou na entrega dos bens (fitas). | Multa moratória de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso por dia corrido, até o limite de 15 (quinze) dias. |
| | Após o limite de 15 (quinze) dias, considerar-se-á inexecução parcial ou total. | Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, podendo culminar em rescisão unilateral. |
| 2 | Não atender ao indicador de nível de serviço IC-SLA (Índice de Cumprimento de SLA). | <p>IC-SLA \geq 95%: Sem descontos (Pagamento Integral).</p> <p>90% \leq IC-SLA < 95%: 5% de desconto (glosa) sobre a fatura mensal.</p> <p>80% \leq IC-SLA < 90%: 10% de desconto (glosa) sobre a fatura mensal.</p> <p>IC-SLA < 80%: 20% de desconto (glosa) sobre a fatura mensal, sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas (multa/advertência) por inexecução parcial do contrato.</p> |
| 3 | Deixar de substituir profissional da equipe técnica que não atenda às necessidades do serviço ou não possua a qualificação exigida, após notificação da Fiscalização. | Multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor mensal do contrato por dia de atraso na substituição, até o limite de 10 dias. |
| 4 | Deixar de realizar a logística reversa de peças substituídas ou o descarte ambientalmente adequado, quando aplicável. | Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do contrato por ocorrência. |
| 5 | Violar as normas de segurança da informação, incluindo o compartilhamento de senhas ou acesso não autorizado. | Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das sanções penais e civis cabíveis e rescisão contratual. |
| 6 | Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela. | <p>Advertência por escrito.</p> <p>Em caso de reincidência, multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato.</p> |

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

9.4.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

9.4.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

9.4.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.4.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

9.4.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

9.4.4.6.1. Descumprimento dos níveis de serviço (SLA), que ensejará a aplicação dos percentuais de desconto previstos na tabela do Item 8.1 (IMR/IC-SLA).

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO, constituídos da seguinte forma:

I - GRUPO 1 (Serviços de TIC): Composto pelo Item 1 (Serviço de Extensão de Garantia e Suporte Técnico).

II - GRUPO 2 (Bens de TIC): Composto pelos Itens 2 e 3 (Fornecimento de Fitas de Dados LTO e Fitas de Limpeza).

Regime de Execução

10.2. O regime de execução do contrato para os Itens 1, 2 e 3 será por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, conforme art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021.

10.2.1. A adoção deste modelo de contratação justifica-se pela natureza mista da solução. Para o suporte técnico (Item 1), o regime de empreitada por preço unitário mensal permite a aplicação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), vinculando o pagamento ao cumprimento efetivo dos níveis de serviço (SLA) e facilitando eventuais glosas. Para os suprimentos (Itens 2 e 3), cuja forma de fornecimento é integral, a modelagem assegura que a Administração pague apenas pelas unidades efetivamente entregues e aceitas, garantindo maior eficiência e transparência no desembolso público.

Forma de Fornecimento

10.3. O fornecimento do objeto para os Itens 2 e 3 (Fitas de Dados e Limpeza) será INTEGRAL.

10.3.1. A entrega dos bens deverá ser realizada em remessa única e total, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, extinguindo-se a obrigação de fornecimento com o Recebimento Definitivo, persistindo apenas as obrigações de garantia do fabricante.

Exigências de habilitação

10.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 10.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 10.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 10.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 10.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- Habilitação fiscal, social e trabalhista
- 10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, 4de 1º de 5 maio de 1943;
- 10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

| | |
|------|---|
| LG = | Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo |
| | Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

| | |
|------|---|
| SG = | Ativo Total |
| | Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

| | |
|------|--------------------|
| LC = | Ativo Circulante |
| | Passivo Circulante |

10.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado total do(s) Grupo(s) arrematado(s) pela licitante.

10.26.1. Para fins de comprovação, observar-se-á o seguinte:

I - Caso a licitante seja vencedora de apenas um Grupo, o percentual incidirá somente sobre o valor estimado daquele Grupo; e

II - Caso a licitante seja vencedora de ambos os Grupos (1 e 2), os valores estimados deverão ser somados para fins de cálculo do Patrimônio Líquido mínimo exigido.

10.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

10.30. Para o Item 1 (Suporte Técnico): Prova de atendimento aos requisitos de capacidade técnica, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviço de suporte ou manutenção de hardware compatível em características com o objeto da licitação.

Qualificação Técnico-Operacional

10.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens e prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) com as seguintes características, conforme o Grupo ofertado:

10.31.1.1. Para o licitante do GRUPO 1 (Serviço de Suporte): Apresentação de atestado(s) que comprove (m) a execução de serviços de suporte técnico e manutenção de servidores de rede ou infraestrutura de backup (Tape Library/Storage), incluindo fornecimento de peças e atendimento on-site, em ambiente de Datacenter.

10.31.1.2. Para o licitante do GRUPO 2 (Fornecimento de Fitas): Apresentação de atestado(s) que comprove(m) o fornecimento de mídias magnéticas de armazenamento de dados em fita (LTO) de gerações compatíveis (LTO-7, LTO-8 ou superior).

10.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços prestados ou bens fornecidos de forma concomitante.

10.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços ou entregues os bens, entre outros documentos.

10.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.34. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

10.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.40.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971,

10.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.40.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.40.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.40.6.1. ata de fundação;

10.40.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.40.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.40.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.40.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.40.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.47.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor total estimado para a presente contratação é de R\$ 82.197,25 (oitenta e dois mil, cento e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos), conforme apurado no Mapa de Pesquisa de Preços realizado em 06/03/2026, sendo este o valor máximo aceitável para a licitação.

11.1.1. O detalhamento dos custos por item, considerando as especificações técnicas e as quantidades estimadas, encontra-se consolidado na tabela abaixo:

| | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

| Grupo | Item | Especificação | CATSER / CATMAT | Métrica / Unidade | CÓD. PMC- TIC | Quantidade | Valor Unitário Estimado (R\$) | Valor Total Estimado (R\$) |
|----------------------|------|---|-----------------------|-------------------------|---------------------|------------|--|-------------------------------------|
| 1 | 1 | Serviço de Extensão de Garantia e Suporte Técnico para 02 (dois) Servidores Lenovo ThinkSystem SR630, com SLA de solução de 12h, atendimento 24x7, incluindo peças e mão de obra. Vigência de 12 meses. | 27740 | Mês | N/A | 12 | R\$ 898,07 | R\$ 10.776,93 |
| 2 | 2 | Cartucho de Fita de Dados LTO Ultrium 8 (12 TB nativos), novo, original, com etiqueta de código de barras (barcode) pré-aplicada. | 451853 | Unidade Física | N/A | 154 | R\$ 455,00 | R\$ 70.070,00 |
| | 3 | Cartucho de Fita de Limpeza Universal (Universal Cleaning Cartridge) compatível com drives LTO-8 instalados em biblioteca IBM TS4300, com etiqueta de código de barras pré-aplicada. | 261791 | Unidade Física | N/A | 4 | R\$ 337,58 | R\$ 1.350,32 |
| TOTAL GERAL ESTIMADO | | | | | | | R\$ 82.197,25 | |

11.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 183038;
- II) Fonte de recursos: 1050;
- III) Programa de trabalho: 232635;
- IV) Elemento de despesa: 33904012; 44903017; 44903017; e
- V) Plano interno: CGTI.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O valor global estimado para esta contratação é de R\$ 82.197,25 (oitenta e dois mil, cento e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos), conforme os preços de mercado vigentes à época da elaboração do Mapa de Preços (06/03/2026).

Cronograma Físico-Financeiro:

| Evento | Prazo Estimado | Valor Estimado | Forma de Pagamento |
|---|---|----------------|--|
| 1. Fornecimento de Insumos (Itens 2 e 3: Fitas LTO-8 e Limpeza) | Entrega única em até 30 dias corridos após a Nota de Empenho /Ordem de Fornecimento | R\$ 71.420,32 | Pagamento único após recebimento definitivo. |
| 2. Serviço de Suporte Técnico (Item 1: Servidores Lenovo SR630) | Execução continuada por 12 meses. | R\$ 10.776,93 | Parcelado mensalmente (aprox. R\$ 898,07/mês). |
| TOTAL GERAL | - | R\$ 82.197,25 | - |

ANEXO A - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO B - TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

ANEXO C - TERMO DE CIÊNCIA

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

THIAGO ROULIEN PIRES FAGUNDES

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 17:01:51.

WALACE DE AGUIAR FERREIRA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 12:08:07.

RAFAEL BANDEIRA BOABAI D REGO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 17:11:38.

MARCUS VINICIUS DA MOTTA VIEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 13/05/2026 às 17:32:06.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO A - ETP.pdf (218.27 KB)
- Anexo II - ANEXO B - TERMO DE SIGILO.pdf (139.71 KB)
- Anexo III - ANEXO C - TERMO DE CIENCIA.pdf (97.72 KB)
- Anexo IV - ANEXO D - MODELO DE PROPOSTA.pdf (51.62 KB)
- Anexo V - ANEXO E - MODELO DE FORNECIMENTO DE BENS.pdf (134.2 KB)

MICT-INPI-INST.NAC.DA PROPR.INDUSTRIAL/RJ

Estudo Técnico Preliminar 68/2025

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente necessidade administrativa consiste na demanda por insumos de armazenamento de dados e pela garantia de funcionamento da infraestrutura de processamento de cópias de segurança do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). A contratação visa assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações institucionais, princípios basilares estabelecidos no Art. 4º da Política de Segurança da Informação (POSIN) e na missão institucional preconizada pela Política de Backup e Restauração de Dados Digitais.

2.2. O cenário atual apresenta duas lacunas críticas na infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) que precisam ser sanadas para evitar a descontinuidade dos serviços de proteção de dados e garantir a conformidade com a Gestão de Continuidade de Negócios:

2.3. Esgotamento da Capacidade de Armazenamento Offline (Mídias de Retenção):

2.3.1. A infraestrutura de backup em fitas magnéticas (LTO) constitui o alicerce tecnológico para o cumprimento dos prazos de retenção normativa — de 12 meses para backups mensais e 5 anos para backups anuais. Esta infraestrutura enfrenta o risco iminente de indisponibilidade de novos cartuchos de dados. O crescimento orgânico e contínuo do volume de dados gerados pelos sistemas de propriedade industrial consome progressivamente o estoque existente. Exige-se, portanto, a reposição tempestiva de suprimentos (fitas de dados e de limpeza) para manter as janelas de backup operacionais e garantir a guarda segregada no cofre de segurança do INPI, assegurando a recuperação em cenários de crise.

2.4. Risco de Falha de Hardware Crítico e Continuidade de Serviços (Media Servers):

2.4.1. Os servidores responsáveis pelo tráfego e processamento dos dados de backup (Media Servers) encontram-se com sua garantia de fábrica expirada. A ausência de uma cobertura de suporte técnico oficial expõe a autarquia ao risco de paradas prolongadas em caso de falha de componentes físicos críticos. Tal indisponibilidade violaria a diretriz da POSIN que exige a continuidade dos processos e serviços essenciais, uma vez que não há estoque interno de peças de reposição para esta arquitetura específica, comprometendo o Tempo Objetivo de Recuperação (RTO) dos serviços de TIC.

2.5. Portanto, a necessidade resume-se à recomposição dos estoques de suprimentos magnéticos compatíveis com a tecnologia atual e à contratação de serviços de extensão de garantia para o hardware de processamento, visando assegurar a salvaguarda e a resiliência do acervo digital do INPI contra ameaças, falhas ou desastres.

MOTIVAÇÃO / JUSTIFICATIVA

2.6. A motivação para esta contratação fundamenta-se na obrigatoriedade de garantir a continuidade de negócios e a segurança da informação em estrito alinhamento com a Política de Segurança da Informação (POSIN - Portaria nº 09 /2025) e a Política de Backup vigente, detalhada nos seguintes aspectos:

2.7. Segurança Cibernética e Proteção contra Ransomware (Estratégia Air Gap)

2.7.1. A motivação primária para a aquisição de novas mídias magnéticas é a manutenção da estratégia de defesa em profundidade. O INPI utiliza o armazenamento em fitas como a camada final de proteção conhecida

como Air Gap (isolamento físico). Diferente dos backups em disco, que permanecem conectados à rede e suscetíveis a ataques cibernéticos e criptografia maliciosa (ransomware), as fitas são removidas e armazenadas em local distante da origem dos dados (cofre de segurança). Esta prática atende à diretriz da POSIN de proteção dos ativos de informação contra ameaças e ações não autorizadas.

2.7.2. A falta de aquisição de novos insumos forçaria a reutilização prematura de mídias, reduzindo o tempo de retenção segura e expondo a instituição a um risco inaceitável de perda definitiva de dados em caso de ataque massivo, comprometendo a integridade do patrimônio imaterial custodiado pela autarquia.

2.8. Criticidade dos Servidores de Mídia na Arquitetura de Backup

2.8.1. Os servidores da marca Lenovo (modelos ThinkSystem SR630) desempenham papel central na arquitetura de backup corporativo. Eles atuam como a "ponte" de alta performance entre os dados de produção e a biblioteca de fitas. A interrupção do funcionamento destes servidores, decorrente de falha de hardware, inviabilizaria imediatamente a execução das rotinas de backup, impedindo o cumprimento das janelas de execução estipuladas na política interna e elevando o risco operacional da instituição.

2.8.2. A contratação de garantia estendida (suporte técnico) justifica-se pela necessidade de um Acordo de Nível de Serviço (SLA) rigoroso que garanta a substituição célere de peças e o retorno à operação no menor tempo possível, mitigando o impacto de falhas físicas e atendendo ao princípio da celeridade nas respostas a incidentes.

2.9. Conformidade com a Política de Retenção e Crescimento de Dados

2.9.1. As normas internas de governança de TI e a legislação vigente (incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e diretrizes de Governo Digital) impõem prazos rígidos para a guarda de dados. O Art. 22 da POSIN determina que todo ativo de informação deve ser considerado na política de cópia de segurança. O volume de dados do INPI cresce organicamente ano após ano devido à digitalização de processos e novos depósitos de propriedade industrial.

2.9.2. A aquisição de insumos fundamenta-se na necessidade de absorver o crescimento contínuo do volume de dados, assegurando o cumprimento integral da política de retenção vigente. A indisponibilidade de novos suprimentos imporá a sobreposição prematura de backups históricos antes do fim do ciclo de retenção obrigatório, violando os prazos normativos de guarda e gerando não conformidades passíveis de apontamentos em auditorias internas e externas.

2.10. Preservação do Ativo Público (Manutenção Preventiva)

2.10.1. A aquisição de fitas de limpeza justifica-se pela necessidade técnica de preservar a vida útil e a confiabilidade dos acionadores (drives) de leitura e gravação da biblioteca robótica. A política institucional prevê que a vida útil da unidade de armazenamento deve ser considerada na salvaguarda dos dados. O acúmulo de resíduos magnéticos pode causar falhas de gravação e danos físicos permanentes aos equipamentos.

2.10.2. O investimento em insumos de limpeza configura uma medida de eficiência administrativa e proteção do patrimônio público, prevenindo gastos superiores com reparos corretivos complexos e garantindo a disponibilidade da infraestrutura de TI.

2.11. Eficiência Econômica e Ciclo de Vida do Hardware

2.11.1. A opção por estender a garantia dos servidores atuais, em vez de substituí-los, alinha-se diretamente à diretriz de economicidade da proteção dos ativos de informação (Art. 5º, II da POSIN). Os equipamentos em questão possuem especificações técnicas robustas que ainda atendem perfeitamente à carga de trabalho demandada.

2.11.2. A renovação do suporte permite extrair o máximo valor do investimento realizado anteriormente (ROI - Retorno sobre o Investimento), estendendo a vida útil dos ativos e evitando o dispêndio de capital desnecessário na aquisição de novos servidores, bem como eliminando os custos operacionais indiretos e os riscos técnicos associados a uma migração e reconfiguração de ambiente.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|--|---------------------------|
| Divisão de Segurança da Informação - DISEG | Walace de Aguiar Ferreira |

4. Necessidades de Negócio

4.1. Garantir a continuidade, previsibilidade e estabilidade dos serviços finalísticos

4.1.1. A solução deve assegurar a estabilidade operacional das rotinas de backup para evitar indisponibilidades que resultem em perda de prazos processuais ou degradação da experiência do usuário nos serviços públicos digitais.

4.1.2. É imperativo realizar cópias de segurança sem interrupções dentro das janelas operacionais, preservando a capacidade de restauração tempestiva conforme os Acordos de Nível de Serviço (SLAs) institucionais, garantindo que a infraestrutura de suporte (servidores e fitas) opere com máxima confiabilidade.

4.2. Assegurar a segregação física (Air Gap) e a Cadeia de Custódia entre RJ2 e MV9

4.2.1. A solução deve viabilizar a manutenção de camadas de proteção com isolamento físico (Air Gap), assegurando a segregação entre o ambiente produtivo (Datacenter RJ2) e o local de guarda (Cofre no edifício MV9).

4.2.2. Para atender a esta necessidade, a aquisição deve suportar uma Cadeia de Custódia formal, aqui definida como o conjunto de controles que garantem a rastreabilidade integral de cada mídia, contemplando: controle de inventário por etiqueta de código de barras, registros de movimentação, reconciliação periódica entre inventário físico e lógico, e tratamento de não conformidades com evidências auditáveis, alinhada à Recomendação GSI/PR nº 34/2022.

4.3. Prover insumos rastreáveis para suportar o crescimento e a Política de Retenção

4.3.1. A solução deve assegurar a provisão contínua de mídias LTO e fitas de limpeza, compatíveis com a biblioteca IBM TS4300, em quantidade suficiente para suportar o crescimento da demanda e os testes de restauração.

4.3.2. A necessidade de negócio exige que os insumos possuam rastreabilidade por lote e etiqueta, permitindo uma política de substituição baseada no ciclo de vida e em indicadores de erro, evitando a reutilização de mídias degradadas que possam comprometer a integridade dos dados custodiados.

4.4. Manter a conformidade regulatória e a auditabilidade (Governança)

4.4.1. A solução deve demonstrar diligência, integridade e disponibilidade das informações por meio de evidências auditáveis (registros e trilhas de decisão).

4.4.2. A contratação deve atender aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) e da IN SGD/ME nº 94/2022.

4.4.3. Especificamente, deve-se observar o Controle 11.4 do CIS Controls v8, mantendo instâncias de dados de recuperação isoladas e validadas por testes periódicos com amostragem representativa de sistemas críticos.

4.5. Preservar o investimento público e garantir a continuidade tecnológica

4.5.1. A solução deve preservar a integração com o ambiente institucional já estabelecido (incluindo a biblioteca robótica e o cofre de custódia), evitando reengenharias desnecessárias ou substituições prematuras de ativos funcionais.

4.5.2. A necessidade de negócio é manter a continuidade tecnológica e a interoperabilidade com os processos existentes, assegurando que a renovação do suporte e a aquisição de suprimentos ocorram sem impactos disruptivos ao negócio e com neutralidade de fornecedor.

4.6. Disponibilizar informações para gestão de riscos e tomada de decisão

4.6.1. A solução (especialmente o componente de suporte técnico) deve contribuir para a disponibilidade de informações gerenciais confiáveis — diagnósticos, relatórios técnicos e análises de tendência — que subsidiem a governança do serviço, a gestão de riscos de TI e o planejamento de capacidade, permitindo uma atuação proativa na prevenção de incidentes.

5. Necessidades Tecnológicas

5.1. A solução tecnológica a ser contratada deve integrar-se nativamente à infraestrutura de backup corporativo já existente no datacenter do INPI, respeitando os padrões de arquitetura, compatibilidade de hardware e requisitos de governança vigentes. As necessidades tecnológicas específicas dividem-se em:

5.2. Necessidade de serviço de extensão de garantia oficial do fabricante (Lenovo) ou rede autorizada para os 02 (dois) servidores físicos modelo ThinkSystem SR630. A solução deve assegurar:

5.2.1. Suporte Técnico Integral: atendimento remoto e on-site para manutenção preventiva e corretiva, contemplando o diagnóstico de falhas e a substituição de componentes (peças originais ou homologadas) sem ônus adicional para a Administração, incluindo logística reversa de itens defeituosos.

5.2.2. Atualização Tecnológica: acesso e aplicação assistida de atualizações de firmware, drivers e microcódigos, essenciais para manter a estabilidade do sistema operacional e a interoperabilidade com o software de backup corporativo e a biblioteca de fitas.

5.2.3. Gestão de Incidentes: gerenciamento de chamados baseado em severidade, com marcos formais de início e término, estabelecendo prazos de resposta e solução compatíveis com a criticidade do ambiente (SLA).

5.2.4. Verificação de Saúde: execução periódica de checagens de hardware e análise de logs para detecção proativa de anomalias nas operações de leitura e escrita de dados ou degradação de performance, com planos de ação corretiva.

5.3. Necessidade de aquisição de cartuchos de fita magnética de tecnologia LTO Ultrium 8. Para atender aos requisitos técnicos da biblioteca robótica IBM TS4300 em produção e garantir a integridade do acervo, as mídias devem:

5.3.1. Qualidade e Procedência: serem novas, originais, não reconcondicionadas e fabricadas por entidade listada como Compliance Verified Manufacturer pelo consórcio LTO, garantindo capacidade nativa de 12 TB.

5.3.2. Pré-Etiquetagem Industrial: serem fornecidas com etiquetas de código de barras (Barcodes) pré-afixadas de fábrica, padrão Ultrium, com sequência numérica definida pelo INPI. A etiqueta deve possuir qualidade industrial para evitar descolamento interno e falhas de leitura na robótica.

5.3.3. Compatibilidade Retroativa: assegurar plena capacidade de leitura/escrita na geração atual e compatibilidade de leitura com acervos históricos (LTO-7), conforme a matriz de interoperabilidade dos drives existentes.

5.4. Suprimentos de Manutenção Preventiva (Limpeza)

5.4.1. Necessidade de aquisição de Cartuchos de Limpeza Universal, novos e lacrados, compatíveis com a automação da biblioteca IBM TS4300. Estes insumos devem possuir etiquetas de código de barras específicas que permitam ao robô identificar a mídia e executar ciclos de higienização automática dos drives, conforme recomendação do fabricante para preservação das cabeças de leitura.

5.5. A solução deve preservar a arquitetura vigente sem demandar reengenharia das rotinas em produção:

5.5.1. Integração de Hardware: manter compatibilidade total com as conexões SAN Fibre Channel e a automação da biblioteca IBM TS4300 (movimentação robótica e montagem em drives).

5.5.2. Validação Funcional: qualquer intervenção técnica (como troca de peças ou inserção de novas mídias) deve ser seguida de validação funcional, incluindo inventário da biblioteca, reconhecimento da robótica e testes de conectividade.

5.5.3. Software de Backup: assegurar que os Media Servers e as mídias sejam reconhecidos e gerenciados nativamente pelo software corporativo de backup (atualmente Commvault), suportando as funcionalidades de tiering, retenção e air gap.

5.6. A execução contratual deve observar os princípios de Segurança da Informação e as práticas de gestão de serviços de TI (ITSM):

5.6.1. Cadeia de Custódia: as mídias fornecidas devem integrar-se aos controles de rastreabilidade do INPI, suportando o registro de movimentações entre o Datacenter (RJ2) e o Cofre de Custódia (MV9), com identificação única por etiqueta e inventário auditável.

5.6.2. Testes de Restauração: os insumos adquiridos devem suportar a realização de testes amostrais de restauração (restore) para comprovar a confiabilidade do ciclo de backup, gerando evidências de integridade.

5.6.3. Documentação e Evidências: emissão de relatórios técnicos de atendimento contendo logs, capturas de tela, análise de causa raiz (quando aplicável) e atualização da documentação as-built do ambiente sempre que houver alteração relevante.

5.6.4. Segurança Operacional: acesso aos equipamentos e dados restrito ao menor privilégio necessário, com controle de credenciais e garantia de confidencialidade sobre as configurações e informações acessadas durante o suporte.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Para garantir a conformidade técnica, a segurança jurídica e a continuidade operacional do ambiente de backup, estabelecem-se os seguintes requisitos obrigatórios:

CONFIDENCIALIDADE E DOCUMENTAÇÃO

6.1. Manter sigilo absoluto sobre toda informação obtida ou gerada durante a execução contratual. Os profissionais da Contratada deverão assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo junto à área de Segurança da Informação do INPI, observando rigorosamente as normas internas de proteção de dados.

6.2. Comprovar as características técnicas dos equipamentos e das mídias por meio de documentação pública oficial do fabricante (catálogos, manuais, datasheets ou páginas web), com indicação de URLs válidas. A proposta comercial deve discriminar marca, modelo, part numbers e quantidades, possibilitando a conferência documental detalhada no ato do recebimento.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CANAIS DE ATENDIMENTO

6.3. Manter, durante toda a vigência contratual, corpo técnico certificado pelo fabricante dos equipamentos (Lenovo), apto a realizar atendimentos remotos e presenciais (on-site), com qualificação compatível com a complexidade de um ambiente de alta criticidade.

6.4. Apresentar atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem experiência anterior na prestação de serviços de suporte e fornecimento de insumos de natureza e complexidade equivalentes aos do ambiente do INPI.

6.5. Manter canais de atendimento disponíveis 24x7 (telefone, e-mail, portal web e/ou chat) para abertura e acompanhamento de incidentes. O sistema deve gerar um número de protocolo único por evento, garantindo a rastreabilidade de todas as interações, registro de peças substituídas e encerramento condicionado à validação da equipe técnica do INPI.

LOGÍSTICA, TRANSPORTE E EXECUÇÃO

6.6. Caso seja imprescindível a remoção de qualquer equipamento para reparo em laboratório externo, a Contratada será integralmente responsável pela logística, incluindo embalagem apropriada, transporte com seguro, e emissão de termos de retirada e devolução, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

6.7. Realizar o deslocamento, substituição e retorno de peças ou equipamentos sem custos ao INPI, assegurando condições adequadas de guarda durante o trânsito (proteção contra impactos, umidade, calor e exposição magnética).

6.8. É estritamente vedada a aplicação de soluções de contorno (paliativas) que comprometam, ainda que temporariamente, a integridade, a disponibilidade ou a confiabilidade dos dados institucionais.

6.9. É expressamente vedado o fornecimento de peças genéricas, reconcondicionadas, não homologadas ou incompatíveis com as especificações técnicas dos fabricantes (Lenovo para servidores, IBM para biblioteca e Consórcio LTO para mídias).

6.10. Evidenciar formalmente que o suporte aos servidores Lenovo SR630 será prestado diretamente pelo fabricante e /ou por rede de assistência técnica autorizada, garantindo acesso a atualizações oficiais de firmware, microcódigo e procedimentos proprietários de diagnóstico.

6.11. O encerramento de qualquer chamado técnico fica condicionado ao aceite formal do fiscal técnico do contrato, mediante comprovação de que o recurso foi restabelecido em perfeitas condições de operação no local de instalação.

6.12. Em caso de impossibilidade técnica de concluir o reparo dentro dos prazos de SLA estabelecidos, a Contratada deverá prover, sem custo, equipamento de configuração equivalente ou superior em caráter provisório (backup de hardware), mantendo-o operacional até a normalização definitiva do ativo principal.

MATERIAIS E INTEROPERABILIDADE

6.13. Todos os materiais e componentes fornecidos devem ser novos, originais, de primeiro uso e estar em linha de fabricação (sem descontinuidade iminente). Em cenário de End of Life (EoL) que inviabilize a reposição idêntica, a Contratada deve propor item similar de desempenho igual ou superior, sujeito à homologação da fiscalização.

6.14. A solução deve garantir total interoperabilidade com o software corporativo de backup (Commvault), a biblioteca robótica IBM TS4300 (incluindo suporte a LTO-7/LTO-8), a conectividade SAN Fibre Channel e as integrações de rede existentes, preservando a continuidade operacional sem demandar reengenharias estruturais no ambiente.

REQUISITOS PARA AS MÍDIAS DE DADOS (LTO-8)

6.15. As mídias LTO fornecidas deverão atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

6.15.1. Capacidade nativa de 12 TB (LTO-8) e comprimida de até 30 TB, conforme padrão Ultrium.

6.15.2. Serem novas, originais, lacradas e com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação e leitura.

6.15.3. Serem entregues com etiquetas de código de barras (barcodes) pré-aplicadas, sequenciais (conforme padrão do INPI), compatíveis com a automação da biblioteca IBM TS4300.

6.15.4. Etiquetas de padrão industrial: unicamada de polietileno, pré-cortadas, resistentes a água e calor (até 200°C), adesivo permanente e impressão de alta qualidade.

6.15.5. Fornecimento de 10% de etiquetas adicionais para reserva técnica.

6.15.6. Comprovação documental de compatibilidade com a Tape Library IBM TS4300.

6.15.7. Identificação por número de série e lote para rastreabilidade.

6.15.8. Substituição de mídias defeituosas diretamente na sede do INPI sem custos de frete.

6.15.9. Acondicionamento em embalagens apropriadas contra impactos e interferência eletromagnética.

POLÍTICA DE NÃO DEVOLUÇÃO DE MÍDIAS (SEGURANÇA)

6.16. Por razões de segurança da informação, fitas de dados danificadas ou substituídas em garantia não serão devolvidas à Contratada. O descarte será realizado pelo INPI conforme normas internas de destruição segura de dados, admitindo-se a verificação técnica do defeito nas dependências do Instituto.

REQUISITOS PARA AS FITAS DE LIMPEZA

6.17. As fitas de limpeza deverão atender aos seguintes requisitos:

6.17.1. Novas, originais, lacradas e com selo de autenticidade.

6.17.2. Compatíveis com drives LTO da biblioteca IBM TS4300 e reconhecidas pelo software de backup.

6.17.3. Capacidade mínima de 50 ciclos de limpeza.

6.17.4. Entregues com etiquetas de código de barras específicas (sufixo de limpeza) pré-aplicadas.

6.17.5. Fornecimento de 10% de etiquetas adicionais.

6.17.6. Garantia mínima de 12 meses com substituição sem ônus em caso de defeito.

6.17.7. Prazo de solução para chamados de mídias de limpeza: até 15 dias úteis.

SLA (ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO) — SERVIDORES LENOVO SR630

6.18. O suporte técnico deverá observar os seguintes prazos máximos, contados a partir da abertura do chamado, em conformidade com a proposta de manutenção vigente (SLA 24x7 com solução em 12h para paradas críticas):

6.18.1. Criticidade 1 (Parada Total): Início do atendimento em até 4h (quatro horas) e solução definitiva em até 12h (doze horas).

6.18.2. Criticidade 2 (Degradação Severa): Início em até 8h (oito horas) e solução em até 24h (vinte e quatro horas).

6.18.3. Criticidade 3 (Falha Menor): Início em até 24h (vinte e quatro horas) e solução em até 48h (quarenta e oito horas).

6.18.4. Substituição de Peças: Prazo máximo de 168 horas (7 dias) corridas para reparo definitivo em casos que não se enquadrem na Criticidade 1.

6.18.5. Troca de Equipamento: Prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para troca definitiva do servidor, se necessário.

6.18.6. Contingência Crítica: Se ambos os servidores falharem simultaneamente, a Contratada deve prover equipamento substituto em até 48 horas.

6.18.7. A Contratada deve manter estoque local/regional de peças críticas ou apresentar carta do fabricante garantindo o cumprimento destes prazos.

GOVERNANÇA, SUSTENTABILIDADE E FISCALIZAÇÃO

6.19. Manter registros auditáveis de todas as intervenções (ordens de serviço, relatórios, logs), assegurando a rastreabilidade da cadeia de custódia das mídias e submeter qualquer atualização de firmware ou microcódigo ao processo de Gestão de Mudanças do INPI.

- 6.20. Cumprir integralmente a LGPD, o PPSI do Governo Federal e a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A Contratada deve responsabilizar-se pela logística reversa de peças substituídas e apresentar comprovantes de descarte ecológico quando solicitado.
- 6.21. A Contratada responde integralmente pela integridade dos bens até o recebimento definitivo pelo INPI, assumindo todos os riscos de transporte e manuseio.
- 6.22. A execução contratual será monitorada através de indicadores de nível de serviço (SLA), com aplicação automática de glosas em fatura e sanções administrativas em caso de descumprimento das metas de prazo e qualidade estabelecidas.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

- 7.1. A presente estimativa de demanda foi elaborada a partir da análise detalhada do ambiente de backup do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), com base em dados históricos extraídos da plataforma Commvault. Os dados refletem o crescimento progressivo do volume de informações institucionais e as diretrizes estabelecidas na Política de Backup e no Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), que exigem estratégia de proteção robusta e aderente às melhores práticas do setor público federal.
- 7.2. A definição dos quantitativos contempla insumos físicos (fitas LTO e fitas de limpeza) e serviços de suporte técnico dos media servers Lenovo SR630.

- 7.2.1. Para os insumos (Fitas): O dimensionamento projeta um horizonte de 24 (vinte e quatro) meses. Esta abordagem fundamenta-se na natureza de despesa de fornecimento de bens, visando à eficiência administrativa e economicidade (ganho de escala na aquisição de lotes maiores), além de mitigar riscos operacionais de desabastecimento, garantindo estoque para sustentar a política de retenção independentemente dos trâmites anuais de renovação de serviços.
- 7.2.2. Para o suporte (Serviço): O dimensionamento segue a vigência contratual de 12 (doze) meses, típica de serviços continuados, renovável conforme a legislação.

| TIPO DE MÍDIA | CÓDIGO DO FABRICANTE (PART NUMBER) | CAPACIDADE NATIVA |
|--------------------|---------------------------------------|-------------------|
| LTO Ultrium 9 | — | 18,0 TB |
| LTO Ultrium 9 WORM | — | 18,0 TB |
| LTO Ultrium 8 | 01PL041 | 12,0 TB |
| LTO Ultrium 8 WORM | 01PL042 | 12,0 TB |
| LTO Ultrium M8 | — | 9,0 TB |
| LTO Ultrium 7 | 38L7302 | 6,0 TB |
| LTO Ultrium 7 WORM | 38L7303 | 6,0 TB |

| | | |
|--------------------|---------|--------|
| LTO Ultrium 6 | 00V7590 | 2,5 TB |
| LTO Ultrium 6 WORM | 00V7591 | 2,5 TB |

FONTE: <https://www.ibm.com/docs/en/i/7.6.0?topic=solution-lto-cartridges-tape-unit-compatibility>

7.3. A memória de cálculo parte da premissa de manutenção da arquitetura atual (biblioteca IBM TS4300) e utiliza LTO-8 como cenário de referência.

| CARACTERÍSTICA | LTO-6 | LTO-7 | LTO-8 – M-Format (Type M) | LTO-8 (FH) | LTO-9 |
|---|-----------------------|----------------------|---------------------------|----------------------|----------------------|
| Capacidade nativa | 2,5 TB | 6,0 TB | 9,0 TB | 12,0 TB | 18,0 TB |
| Capacidade com compressão | 6,25 TB | 15,0 TB | 22,5 TB | 30,0 TB | 45,0 TB |
| Desempenho nativo | 160 MB/s | 300 MB/s | 300 MB/s | 360 MB/s | 400 MB/s |
| Taxa nativa estimada (≈ /hora) | 576 GB/h | 1,08 TB/h | 1,08 TB/h | 1,38 TB/h | 1,44 TB/h |
| Desempenho com compressão | 400 MB/s | 750 MB/s | 750 MB/s | 900 MB/s | 1.000 MB/s |
| Taxa c/ compressão estimada (≈/hora) | 1,4 TB/h | 2,7 TB/h | 2,7 TB/h | 3,24 TB/h | 3,6 TB/h |
| Taxa de erro de bit (BER) | 1 em 10 ¹⁷ | 1 em 10 ¹ | 1 em 10 ¹ | 1 em 10 ¹ | 1 em 10 ¹ |
| Compatibilidade leitura /gravação (retro) | LTO-4 / LTO-5 | LTO-5 / LTO-6 | LTO-7 / LTO-M8 | LTO-7 / LTO-M8 | LTO-8 |

FONTE: Adaptado de <https://www.quantum.com/globalassets/documents/lto-tech-brief.pdf>

| Summary | | | | | | | | | | | | | |
|---------|--------------|--------------|------------|------------|-----------|-----|----------|---------|---------|-------|--------------|-------|-----------------|
| Total | Active/Ready | Full/Offline | Appendable | Idle/Spare | Read-only | Bad | Cleaning | Retired | Foreign | Saved | Undiscovered | Other | Total Size (GB) |
| 114 | 1 | 110 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1276482.13 |

7.4. Detalhamento das premissas técnicas

- 7.4.1. Estimativa estruturada com base no ambiente atual e na projeção de crescimento do volume de dados.
- 7.4.2. Arquitetura baseada na tape library IBM TS4300, equipada com drives compatíveis com a geração em uso.
- 7.4.3. Volume total armazenado desde a implantação da solução: ≈ 1.276,48 TB.
- 7.4.4. Alocação histórica em 110 cartuchos (cenário de referência LTO-8), resultando em média efetiva de ≈ 11,6 TB por unidade (considerando overhead de formatação).
- 7.4.5. Especificação técnica (referência LTO-8): 12 TB nativos.
- 7.4.6. Volume médio mensal atualmente armazenado: ≈ 23,5 TB.
- 7.4.7. Crescimento projetado: 15% ao ano, com base na evolução histórica de ≈ 1.110 TB (2023) para ≈ 1.276,48 TB (2024), representando um incremento efetivo de aproximadamente 14,95%.
- 7.4.8. Mantém-se 15% a.a. como taxa tecnicamente adequada, refletindo a expansão orgânica dos serviços digitais.
- 7.4.9. Política de retenção vigente: completos mensais por 12 meses e completos anuais por 5 anos; backups anuais não são reutilizados.
- 7.4.10. Reserva técnica de 5% aplicada sobre o total de mídias de dados estimadas.
- 7.4.11. Manutenção preventiva: estimativa baseada na recomendação do fabricante de ciclos de limpeza periódicos para os 3 drives LTO-8 em produção.

7.5. OBJETO — Consumo estimado de fitas de dados (cenário de referência LTO-8)

- 7.5.1. Backups anuais. Preservação por 5 anos, sem reutilização. Com volumes projetados e crescimento de +15% a.a., a demanda para os próximos 2 anos é estimada em 62 cartuchos:
 - 7.5.1.1. Ano 1: Volume estimado ~326 TB → $326 \div 11,6 \approx 29$ cartuchos.
 - 7.5.1.2. Ano 2: Volume estimado ~375 TB → $375 \div 11,6 \approx 33$ cartuchos.
 - 7.5.1.3. Subtotal (anuais): $29 + 33 = 62$ cartuchos.

| ANO | Nº DE FITAS LTO-8 (BACKUPS ANUAIS) |
|----------|---------------------------------------|
| 1º ano | 29 |
| 2º ano | 33 |
| Subtotal | 62 |

- 7.5.2. Backups mensais. Preservação por 12 meses. Optou-se por não reaproveitar as mídias do ano anterior neste ciclo de aquisição, reforçando a segurança e a integridade física do acervo.
 - 7.5.2.1. Base atual: ~3 cartuchos/mês.
 - 7.5.2.2. Ano 1: $3 \times 12 = 36$ cartuchos.

7.5.2.3. Ano 2: 36 cartuchos (uso regular) + 12 cartuchos (margem de segurança para crescimento) = 48 cartuchos.

7.5.2.4. Subtotal (mensais): $36 + 48 = 84$ cartuchos.

| ANO | Nº DE FITAS LTO-8 (BACKUPS MENSAIS) |
|----------|--|
| 1º ano | 36 |
| 2º ano | 48 |
| Subtotal | 84 |

7.5.3. Reserva técnica (contingência).

7.5.3.1. Total principal: 62 (anuais) + 84 (mensais) = 146 cartuchos.

7.5.3.2. 5% de reserva: $146 \times 0,05 \approx 8$ cartuchos.

7.5.4. Resumo do quantitativo de fitas de dados

| Tipo | Quantidade de fitas |
|----------------------|---------------------|
| Backups anuais | 62 |
| Backups mensais | 84 |
| Reserva técnica (5%) | 8 |
| Total geral | 154 |

7.6. OBJETO — Consumo estimado de fitas de limpeza

7.6.1. Cálculo de ciclos: 6 limpezas/mês (total do ambiente) \times 24 meses = 144 ciclos.

7.6.2. Vida útil por fita: ~50 ciclos.

7.6.3. Quantidade necessária: $144 \div 50 = 2,88 \rightarrow 3$ fitas.

7.6.4. Reserva técnica: +1 fita.

7.6.5. Total estimado: 4 fitas.

7.7. OBJETO — Serviços de suporte técnico (Media Servers Lenovo SR630)

7.7.1. Quantidade: 2 (dois) servidores Lenovo SR630.

7.7.2. Período: 12 (doze) meses.

7.7.3. Abrangência: Atendimento 24x7, solução em 12h (para criticidade máxima), peças originais e atualizações de firmware.

7.8. COMPOSIÇÃO FINAL DA SOLUÇÃO

| ITEM | QUANTIDADE | OBSERVAÇÕES |
|---------------------------------|------------|--|
| Suporte técnico Lenovo SR630 | 2 | Vigência de 12 meses; inclui SLA de 12h para solução e peças originais. |
| Cartuchos LTO-8 | 154 | Insumo para 24 meses; atende backups mensais, anuais e reserva técnica. |
| Fitas de limpeza LTO | 4 | Insumo para 24 meses; cobre 144 ciclos de limpeza previstos. |

7.9. Os dados foram extraídos dos relatórios operacionais do sistema Commvault, refletindo a utilização real do ambiente (1.276 TB armazenados), e das especificações técnicas dos fabricantes (IBM/Lenovo) quanto à capacidade e ciclos de vida dos insumos.

7.10. Considera-se plenamente justificada a demanda de 154 fitas LTO-8 e 4 fitas de limpeza para cobrir o horizonte operacional de 2 anos com segurança, bem como a contratação de suporte técnico para os 2 servidores por 12 meses, garantindo a continuidade dos serviços críticos de backup do INPI.

8. Levantamento de soluções

8.1. Este levantamento contempla alternativas de mídias de armazenamento (LTO) compatíveis com a biblioteca IBM TS4300 instalada no INPI e opções de suporte técnico para a continuidade operacional dos servidores de mídia (media servers) Lenovo ThinkSystem SR630. O levantamento foca na manutenção da camada offline (Air Gap) e na estabilidade do ciclo de backup e restauração, em estrita conformidade com a Política de Backup, o Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) e o Plano Diretor de TIC (PDTIC).

8.2. Foram considerados cenários que mantêm a infraestrutura vigente e cenários de evolução tecnológica ou substituição, avaliados por critérios técnicos, operacionais, econômicos e estratégicos (resiliência, disponibilidade, interoperabilidade, custo total de propriedade e aderência normativa), buscando soluções que evitem reengenharias desnecessárias do ambiente produtivo.

8.3. As referências utilizadas incluem contratações recentes na Administração Pública Federal (2024–2025), informações de distribuidores oficiais e documentação técnica dos fabricantes (IBM e Lenovo), com ênfase em: compatibilidade entre mídias e drives, automação (robótica, inventário e leitura por código de barras) e rastreabilidade para a cadeia de custódia (etiquetas/seriais), visando sustentar a seleção de alternativas aderentes ao ambiente instalado.

8.4. A biblioteca IBM TS4300 encontra-se operacional no INPI com quatro drives: 1 (um) drive LTO-7 e 3 (três) drives LTO-81111. O equipamento é nativamente compatível com mídias LTO-6, LTO-7, LTO-M8 e LTO-8. A eventual adoção de LTO-9 pressupõe a instalação/substituição física dos drives (impactos de custo e ajustes operacionais no robô). Para fins de dimensionamento neste ETP, a geração LTO-8 é utilizada como referência, preservando-se a neutralidade geracional (quantitativos ajustáveis proporcionalmente caso outra geração venha a ser adotada).

8.5. Matriz de Compatibilidade de Mídias por Drive

| Unidade / Cartucho | LTO-9 | LTO-8 | LTO-M8 | LTO-7 | LTO-6 |
|--------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Drive LTO-9 | Leitura /Escrita | Leitura /Escrita | — | — | — |
| Drive LTO-8 | — | Leitura /Escrita | Leitura /Escrita | Leitura /Escrita | — |
| Drive LTO-7 | — | — | — | Leitura /Escrita | Leitura /Escrita |
| Drive LTO-6 | — | — | — | — | Leitura /Escrita |

Fonte: Adaptado de IBM Tape System Documentation.

8.6. Soluções Identificadas para os Servidores (Media Servers Lenovo SR630)

| ID | Solução | Descrição e Características |
|----|---------------------------------------|--|
| 1 | Suporte Técnico Oficial (Fabricante) | Contratação de extensão de garantia oficial da Lenovo. Inclui atendimento remoto e on-site 24x7; fornecimento de peças originais/homologadas; acesso irrestrito a atualizações de firmware, drivers e microcódigo; gestão por severidade e validação pós-serviço. Mantém a integridade das homologações existentes (Commvault, SAN Fibre Channel e automação da TS4300). |
| 2 | Suporte por Terceiro (Não Autorizado) | Contratação de empresa de manutenção de terceiros. Oferece atendimento e peças, porém pode não garantir acesso oficial a firmware, microcódigos e procedimentos proprietários de engenharia do fabricante. Exige validações complexas pós-intervenção para mitigar riscos de interoperabilidade e segurança. |
| 3 | Substituição dos Servidores | Aquisição de novos servidores físicos para substituir os atuais SR630. Envolve custos de aquisição (CAPEX), hardening de sistema operacional, revalidação de compatibilidade com a SAN e o Robô, janelas de migração e descarte de ativos. Pode oferecer ganho marginal de desempenho, mas com alto esforço de implementação. |
| 4 | Virtualização (Eliminação de Físicos) | Migração da função de Media Server para máquinas virtuais (VMware/Hyper-V). Esta solução apresenta restrições técnicas severas para o controle de dispositivos de fita (Library/Drives) via Fibre Channel (Passthrough), não sendo recomendada pelos fabricantes de software de backup para ambientes de alta performance de fita. |

8.7. Soluções Identificadas para os Insumos (Mídias de Backup)

| ID | Solução | Descrição e Características |
|----|--------------------------|---|
| 5 | Aquisição de Fitas LTO-9 | Capacidade de 18 TB nativos. Para uso na atual TS4300, exigiria a aquisição prévia de drives LTO-9 (hardware), gerando custos de upgrade no robô e ajustes de integração. |
| 6 | Aquisição de Fitas LTO-8 | Capacidade de 12 TB nativos. Plenamente compatíveis com os 3 drives LTO-8 já operacionais na TS4300. Solução "plug-and-play" que preserva o fluxo operacional e a automação existente. |
| 7 | Aquisição de Fitas LTO-7 | Capacidade de 6 TB nativos. Compatíveis com todos os drives atuais. Porém, a menor densidade implica na necessidade do dobro de cartuchos para armazenar o mesmo volume de dados, impactando a logística de cofre e o licenciamento por slot na biblioteca. |
| 8 | Aquisição de Fitas LTO-6 | Uso legado. Compatível apenas com o único drive LTO-7 da biblioteca. Incompatível com os drives LTO-8. Inviável para novas rotinas de gravação em larga escala. |
| 9 | Não Aquisição | Manutenção do status atual, reutilizando mídias antigas. Gera risco crítico de falta de espaço, comprometimento das janelas de retenção (RPO) e desgaste físico das mídias existentes, violando a política de segurança. |

8.8. As alternativas listadas nos quadros 8.6 e 8.7 serão objeto de análise comparativa no Item 9, aplicando-se os critérios de viabilidade técnica e econômica definidos anteriormente, sempre respeitando a premissa de manter a arquitetura vigente funcional.

8.9. Para fins deste levantamento, registram-se ainda como premissas transversais:

8.9.1. A possibilidade de evolução tecnológica (ex: adoção de LTO-9) condicionada à atualização prévia dos drives;

8.9.2. A exigência de modelos de prestação que incluam SLA por severidade e garantia estendida on-site;

8.9.3. A necessidade de adequações mínimas de ambiente (etiquetagem padrão Ultrium, registros no Commvault e procedimentos de guarda) sem alteração estrutural da arquitetura.

8.10. A seleção da alternativa será fundamentada na próxima seção, baseando-se em evidências técnicas e nos requisitos de conformidade, mantendo-se o dimensionamento em LTO-8 como referência para o período estudado, assegurando rastreabilidade, cadeia de custódia no edifício MV9 e manutenção da camada offline (air gap).

9. Análise comparativa de soluções

9.1. Esta seção compara, de forma crítica, as soluções mapeadas no Item 8 para manter a camada offline (air gap) e a estabilidade do ciclo backup → restauração no INPI. O escopo limita-se ao objeto deste ETP: (i) suporte /continuidade dos dois media servers Lenovo SR630 e (ii) aquisição de mídias LTO compatíveis com a biblioteca IBM TS4300. A avaliação observa a aderência às necessidades de negócio, compatibilidade tecnológica, conformidade, impacto econômico (TCO), riscos operacionais e alinhamento estratégico.

9.2. As alternativas são examinadas sob a premissa de evitar reengenharias desnecessárias no ambiente produtivo. Foram selecionados quatro cenários principais para comparação:

| CENÁRIO | DESCRIÇÃO |
|---------|---|
| A | Suporte oficial Lenovo para os dois media servers SR630 + aquisição de mídias LTO. |
| B | Suporte por terceiro não autorizado para os SR630 + aquisição de mídias LTO. |
| C | Substituição dos SR630 por novos servidores físicos + aquisição de mídias LTO. |
| D | Virtualização da função de media server (VMware/Hyper-V) + aquisição de mídias LTO. |

9.3. Análise Qualitativa dos Cenários

Cenário A — Suporte oficial Lenovo + aquisição de mídias LTO

- Vantagens: Garante aderência plena às integrações existentes (Commvault, SAN Fibre Channel e automação da TS4300). O acesso oficial a firmware e microcódigos assegura confiabilidade e interoperabilidade. Representa o menor esforço de implantação (continuidade imediata) e baixo risco operacional. Financeiramente, tende a apresentar o menor custo total em 24 meses, evitando CAPEX de novos equipamentos.
- Desvantagens: Limita ganhos de performance que viriam de um hardware novo e mantém a dependência do ciclo de vida dos servidores atuais (que ainda atendem à demanda).

Cenário B — Suporte por terceiro não autorizado + aquisição de mídias LTO

- Vantagens: Potencial de menor preço nominal no contrato de suporte.
- Desvantagens: Risco crítico de indisponibilidade de firmware oficial, comprometendo a segurança e a compatibilidade com o software de backup. O uso de peças não homologadas ("equivalentes") aumenta a chance de falhas intermitentes. Gera incerteza sobre o SLA efetivo e sobrecarga na fiscalização para validar a qualidade técnica das intervenções. Não recomendado para ambiente de missão crítica.

Cenário C — Substituição por novos servidores físicos + aquisição de mídias LTO

- Vantagens: Renovação tecnológica com ganho de performance e reinício do ciclo de vida do hardware.
- Desvantagens: Alto investimento inicial (CAPEX) e elevado esforço de projeto para migração e homologação do novo ambiente. Risco de instabilidade durante o período de transição. Economicamente desvantajoso no curto prazo, dado que os servidores atuais ainda suportam a carga de trabalho.

Cenário D — Virtualização do media server + aquisição de mídias LTO

- Vantagens: Flexibilidade de recursos e padronização da gestão.
- Desvantagens: Exigências técnicas complexas para mapeamento de dispositivos de fita em ambiente virtual (passthrough), o que pode degradar a performance de gravação e não é recomendado por todos os fabricantes. Introduz uma camada adicional de software (hipervisor) como ponto de falha potencial na comunicação com a robótica.

9.4. Quadro Comparativo de Requisitos

| Requisitos | Cenário A (Oficial) | Cenário B (Terceiro) | Cenário C (Novo HW) | Cenário D (Virtual) |
|--------------------------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|------------------------|
| Negócio | | | | |
| Continuidade das rotinas atuais | Atende | Parcialmente | Parcialmente | Parcialmente |
| Retenção offline (air gap) | Atende | Atende | Atende | Atende |
| Compatibilidade com a política atual | Atende | Parcialmente | Atende | Parcialmente |
| Tecnológico | | | | |
| Compatibilidade c/ ambiente atual | Atende | Variável | Atende | Condicionada |
| Baixo Esforço de Implantação | Atende | Atende | Não Atende | Não Atende |
| Garantia de Firmware Oficial | Atende | Não Atende | Atende | Atende |
| Resultado da Análise | VIÁVEL | INVIÁVEL | INVIÁVEL | INVIÁVEL |

9.5. Conclusão da Análise

A análise técnica e econômica demonstra que o Cenário A é a única alternativa que combina viabilidade técnica imediata, segurança jurídica (acesso a atualizações oficiais) e eficiência econômica.

- Os Cenários C e D foram descartados por demandarem investimentos e esforços de migração desproporcionais ao benefício gerado no curto prazo.
- O Cenário B foi descartado pelo risco inaceitável à segurança e estabilidade do ambiente de backup, dada a impossibilidade de garantir acesso a correções de firmware proprietário.

9.6. Ressalta-se que a biblioteca IBM TS4300 e os servidores Lenovo SR630 encontram-se em fase de disponibilidade geral (General Availability) e produção ativa, sem indicativos de End of Support (EOS) no horizonte contratual. A renovação do suporte oficial (Cenário A) é, portanto, a medida que melhor preserva o investimento público realizado, estendendo a vida útil de ativos plenamente funcionais e alinhados à estratégia de transição gradual para a nuvem.

ANÁLISE ESPECÍFICA DAS SOLUÇÕES PARA MÍDIAS DE BACKUP

9.7. Para a aquisição dos insumos de armazenamento, foram comparados três cenários tecnológicos baseados nas gerações do padrão LTO (Linear Tape-Open), considerando a infraestrutura de drives já instalada na biblioteca IBM TS4300 (atualmente composta por drives LTO-8 e LTO-7).

| CENÁRIO | DESCRIÇÃO |
|-----------|---|
| E (LTO-8) | Aquisição de Fitas LTO-8 (Recomendado): Capacidade nativa de 12 TB. Compatível com a geração atual dos drives principais. |
| F (LTO-9) | Evolução para Fitas LTO-9: Capacidade nativa de 18 TB. Exige upgrade de hardware. |
| G (LTO-7) | Retrocesso para Fitas LTO-7: Capacidade nativa de 6 TB. Compatível, mas com menor densidade. |

9.8. Análise Qualitativa dos Cenários de Mídia

Cenário E — Aquisição de Fitas LTO-8 (Solução Escolhida)

- Vantagens: Total compatibilidade com os drives LTO-8 existentes na biblioteca. Oferece o melhor equilíbrio entre custo por Terabyte e densidade (12 TB nativos), otimizando o uso dos slots (gavetas) licenciados no robô. Não exige nenhum investimento adicional em hardware.
- Desvantagens: Nenhuma identificada para o ciclo de vida atual da infraestrutura.

Cenário F — Aquisição de Fitas LTO-9 (Inviável Tecnicamente)

- Vantagens: Maior densidade de armazenamento (18 TB nativos), reduzindo a quantidade física de fitas necessárias.
- Desvantagens: Incompatibilidade de Hardware. As fitas LTO-9 não podem ser lidas ou gravadas pelos drives LTO-8 atuais. A adoção desta mídia exigiria a compra prévia de novos drives LTO-9 (custo estimado de R\$ 33.000,00 por unidade), elevando drasticamente o custo inicial (CAPEX) e exigindo janela de parada para troca física de componentes.

Cenário G — Aquisição de Fitas LTO-7 (Ineficiente)

- Vantagens: Menor custo unitário nominal por cartucho.
- Desvantagens: Baixa densidade (6 TB nativos). Para armazenar o mesmo volume de dados projetado (1.276 TB), seria necessário adquirir o dobro da quantidade de fitas (aprox. 308 unidades). Isso saturaria rapidamente os slots disponíveis na biblioteca robótica, exigindo a compra de licenças de expansão de slots ou módulos de expansão física, tornando o TCO mais alto e a operação logística mais complexa.

9.9. Quadro Comparativo - Mídias de Armazenamento

| Requisitos | Cenário E (LTO-8) | Cenário F (LTO-9) | Cenário G (LTO-7) |
|------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Negócio | | | |
| | | | |

| | | | |
|------------------------------------|--------|-----------------------------|----------------------------------|
| Continuidade imediata das rotinas | Atende | Não Atende (Requer upgrade) | Atende |
| Otimização do espaço no cofre/robô | Atende | Atende | Não Atende (Dobro de volume) |
| Economicidade (Menor TCO Global) | Atende | Não Atende (Custo de HW) | Não Atende (Logística /Licenças) |
| Tecnológico | | | |
| Compatibilidade com Drives Atuais | Atende | Incompatível | Atende |
| Capacidade Nativa (Densidade) | 12 TB | 18 TB | 6 TB |
| Resultado da Análise | VIÁVEL | INVIÁVEL | INVIÁVEL |

9.10. Conclusão da Análise de Mídias

A aquisição de fitas LTO-8 é a única opção que atende aos critérios de eficiência e economicidade.

- A opção LTO-9 foi descartada por gerar custos desnecessários de aquisição de drives novos para uma biblioteca que ainda possui vida útil.
- A opção LTO-7 foi descartada por ineficiência operacional, pois duplicaria o volume físico de mídias para armazenar a mesma quantidade de dados, impactando o licenciamento da biblioteca e o espaço físico no cofre.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1. Em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 11 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, registram-se as soluções analisadas durante a fase de Planejamento da Contratação que foram descartadas por inviabilidade técnica, econômica ou de segurança. Estas alternativas não prosseguirão para a etapa de Análise Comparativa de Custos (TCO), conforme justificativas abaixo:

10.2. Cenário B — Suporte por terceiro não autorizado (Servidores Lenovo SR630)

Esta alternativa foi considerada inviável devido aos riscos críticos à segurança e à continuidade operacional:

- Risco de Segurança Cibernética: Prestadores não autorizados não possuem acesso oficial aos repositórios de firmware, microcódigos e correções de segurança do fabricante. A falta de atualizações expõe a infraestrutura a vulnerabilidades conhecidas.
- Risco de Interoperabilidade: Sem garantia de drivers homologados, cresce o risco de incompatibilidade com o software de backup (Commvault), a rede SAN Fibre Channel e a automação da biblioteca IBM TS4300.
- Qualidade das Peças: A incerteza sobre a procedência de peças de reposição ("equivalentes" ou recondiçionadas) compromete a confiabilidade do hardware em um ambiente de missão crítica.

10.3. Cenário C — Substituição dos Servidores por Novos

Descartada por baixa vantajosidade e risco operacional desnecessário:

- **Ineficiência Econômica:** O investimento inicial (CAPEX) para aquisição de novos servidores é desproporcional, visto que os equipamentos atuais (Lenovo SR630) ainda atendem plenamente aos requisitos de performance e capacidade de processamento.
- **Esforço de Migração:** A substituição exigiria um projeto complexo de migração, janelas de parada e revalidação de compatibilidade, introduzindo riscos de regressão no período de estabilização sem agregar benefício direto ao negócio no curto prazo.

10.4. Cenário D — Virtualização da Função de Media Server

Considerada tecnicamente inadequada para o perfil de carga de trabalho atual:

- **Limitações Técnicas:** O mapeamento de dispositivos de fita físicos (Tape Drives) para máquinas virtuais (via Passthrough) apresenta desafios de estabilidade e performance, não sendo a arquitetura recomendada para ambientes que exigem alta taxa de transferência de dados (I/O) sustentada.
- **Complexidade Operacional:** Amplia a superfície de falha (camada do hypervisor, drivers virtuais) e exige testes extensivos que não são compatíveis com o horizonte temporal desta contratação.

10.5. Soluções de Mídia Alternativas (LTO-9, LTO-7 e Uso de Estoque)

- **Adoção de Fitas LTO-9:** Inviável economicamente neste ciclo, pois as fitas LTO-9 não são compatíveis com os drives LTO-8 atuais. Sua adoção exigiria a substituição prévia do hardware da biblioteca (custo elevado de upgrade).
- **Uso de Fitas LTO-7 ou LTO-6:** Descartadas por ineficiência. A menor densidade de armazenamento exigiria um volume físico de fitas muito superior, saturando os slots da biblioteca e aumentando os custos de licenciamento e guarda externa.
- **Não Aquisição (Uso de Estoque):** Inviável operacionalmente. O estoque atual é insuficiente para suportar a retenção de 5 anos e o crescimento de dados projetado. A falta de insumos forçaria a violação das políticas de retenção ou a interrupção dos backups.

10.6. Substituição da Biblioteca de Fitas ou Migração Total para Nuvem

- **Troca do Robô:** A biblioteca IBM TS4300 encontra-se em pleno ciclo de vida útil. Sua substituição seria um desperdício de recursos públicos.
- **Backup Exclusivo em Nuvem:** Embora seja uma tendência, a eliminação total das fitas neste momento violaria o requisito de retenção offline (Air Gap físico) preconizado pela Política de Segurança da Informação e pelo PPSI para proteção contra ransomware. A infraestrutura de nuvem atua como complemento, não como substituto integral da camada de segurança física isolada.

10.7. Diante do exposto, a única solução que reúne viabilidade técnica, segurança jurídica e eficiência econômica para prosseguimento é o Cenário A (Renovação do Suporte Oficial + Aquisição de Fitas LTO-8), que será objeto da Análise de Custo Total de Propriedade (TCO) na próxima seção.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1. Conforme registrado no item 10 deste Estudo Técnico Preliminar, as soluções alternativas vislumbradas (suporte por terceiros não autorizados, substituição do parque de servidores ou virtualização) foram descartadas por inviabilidade técnica, riscos à segurança da informação ou ineficiência econômica (alto CAPEX). Desta forma, a análise de Custo Total de Propriedade (TCO) concentrar-se-á no detalhamento da Solução A (Cenário Viável), composta pela renovação do suporte oficial dos servidores e aquisição de insumos.

11.2. A metodologia de cálculo do TCO considera o ciclo de vida de 24 (vinte e quatro) meses:

- Para os Insumos (Fitas): O custo é integralmente alocado no Ano 1, visto que a aquisição visa compor o estoque estratégico para o biênio, gerando economia de escala e administrativa.
- Para o Suporte (Serviço): O custo considera a vigência inicial de 12 meses, seguindo a prática orçamentária para serviços continuados, sem a projeção financeira de renovação neste cálculo específico.

11.3. Memória de Cálculo dos Preços Unitários Estimados

Para a composição dos custos, foi realizada pesquisa de mercado utilizando o Painel de Preços do Governo Federal, contratações similares e propostas de fornecedores.

11.3.1. Fitas LTO-8 (Bem de Consumo):

- Preço unitário estimado: R\$ 495,20.
- Fontes de Referência:
 - Senado Federal — PE nº 90.129/2024 — R\$ 599,91.
 - TCE-PI — PE SRP nº 12/2024 — R\$ 390,48.
 - PREVIC — PE nº 90005/2024 — R\$ 438,98.
 - TJRR — PE nº 2/2024 — R\$ 450,00.
 - Prefeitura de Balneário Camboriú — PE nº 063/2024 — R\$ 481,67.
 - SEFAZ-SP — PE nº 90005/2025 — R\$ 490,00.
 - Prefeitura de Londrina — PE nº 90225/2024 — R\$ 543,55.

11.3.2. Fitas de Limpeza Universal (Bem de Consumo):

- Preço unitário estimado: R\$ 394,78.
- Fontes de Referência:
 - CNJ — PE nº 90015/2025 — R\$ 310,88.
 - TRE-SP — PE nº 90014/2025 — R\$ 561,56.
 - Colégio Pedro II — PE nº 90032/2024 — R\$ 261,42.
 - SERPRO — PE SRP nº 90519/2024 — R\$ 228,00.
 - PREVIC — PE nº 90005/2024 — R\$ 278,67.
 - TJ-RR — PE nº 2/2024 — R\$ 280,00.
 - SEFAZ-SP — PE nº 90005/2025 — R\$ 270,00.

11.3.3. Suporte Técnico Lenovo SR630 (Serviço):

- Preço total anual estimado (2 servidores): R\$ 7.089,82.
- Referência: Proposta de renovação de garantia (ServicePac/Essential) baseada em orçamento de parceiro autorizado (Conforme Anexo A e B), compatível com o nível de serviço SLA 24x7 e tempo de solução de 12 horas.

11.4. CÁLCULO DOS CUSTOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

Solução Viável 1 – Renovação de Suporte Lenovo + Aquisição de Fitas LTO-8

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| Ano / Item | 1 | TOTAL |
|--|---------------|---------------|
| 1. Suporte Técnico Lenovo SR630 (2 Servidores) | R\$ 7.089,82 | R\$ 7.089,82 |
| 2. Fitas de Dados LTO-8 (154 unidades) | R\$ 76.260,80 | R\$ 76.260,80 |
| 3. Fitas de Limpeza (4 unidades) | R\$ 1.579,12 | R\$ 1.579,12 |
| Custo Total no Ano | R\$ 84.929,74 | R\$ 84.929,74 |
| Valor depreciado (Não aplicável) | - | - |
| Custo Total de Propriedade | - | R\$ 84.929,74 |

11.5. MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

A tabela abaixo consolida a estimativa de desembolso para a contratação da solução escolhida.

| Descrição da solução | Estimativa de TCO – Ano 1 | TOTAL |
|---|---------------------------|---------------|
| Solução Viável 1 (Suporte Lenovo + Fitas) | R\$ 84.929,74 | R\$ 84.929,74 |

11.6. Conclusão da Análise de Custos

11.6.1. A análise demonstra que a manutenção da arquitetura atual (Solução 1), através da renovação da garantia e reposição de insumos, apresenta um custo total de propriedade (TCO) de aproximadamente R\$ 84.929,74.

11.6.2. Este valor representa uma fração do investimento que seria necessário para a substituição integral do parque de servidores (estimado em mais de R\$ 60.000,00 apenas em hardware novo, somado aos custos de migração), comprovando a vantajosidade econômica da estratégia de extensão de vida útil dos ativos.

11.6.3. Além disso, a aquisição centralizada dos insumos para 24 meses no primeiro ano otimiza o processo de compras e blinda a operação contra flutuações de preço e risco de desabastecimento.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1. A solução consiste na manutenção da arquitetura atual de backup do INPI, operacionalizada através da contratação de serviços de garantia estendida para os servidores de mídia existentes e da aquisição de suprimentos de armazenamento compatíveis com a infraestrutura instalada. A contratação é composta pelos seguintes itens:

12.2. Item 1: Serviços de Extensão de Garantia e Suporte Técnico (Servidores)

- Descrição: Contratação de serviço de suporte técnico oficial do fabricante (ou rede autorizada) para 02 (dois) servidores físicos da marca Lenovo, modelo ThinkSystem SR630.
- Vigência: 12 (doze) meses.

- **Nível de Serviço (SLA):** O serviço deve contemplar atendimento 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), com tempo de solução de até 12 horas para falhas críticas (Severidade 1).
- **Escopo:** Inclui diagnósticos, substituição de peças defeituosas por originais, deslocamento de técnicos (on-site) e acesso irrestrito a atualizações de firmware, drivers e correções de segurança.

12.3. Item 2: Aquisição de Mídias de Armazenamento de Dados (Insumos)

- **Descrição:** Fornecimento de 154 (cento e cinquenta e quatro) cartuchos de fita magnética de tecnologia LTO Ultrium 8.
- **Especificações Técnicas:** Capacidade nativa de 12 TB, mídias novas, originais e não recondicionadas.
- **Personalização:** Devem ser fornecidas com etiquetas de código de barras (barcodes) pré-afixadas de fábrica, em sequência numérica a ser definida pelo INPI, garantindo compatibilidade com a automação da biblioteca IBM TS4300.
- **Dimensionamento:** O quantitativo atende à demanda projetada para 24 meses, suportando os backups mensais, anuais e a reserva técnica operacional.

12.4. Item 3: Aquisição de Mídias de Limpeza (Insumos)

- **Descrição:** Fornecimento de 04 (quatro) cartuchos de limpeza universal (Universal Cleaning Cartridges).
- **Especificações Técnicas:** Compatíveis com drives LTO da biblioteca IBM TS4300, contendo etiquetas de código de barras específicas para identificação de mídia de limpeza pela robótica.
- **Dimensionamento:** O volume cobre a estimativa de 144 ciclos de limpeza automática dos drives previstos para o período de 24 meses.

12.5. Justificativa da Escolha da Solução

A escolha desta solução em detrimento da substituição do parque ou migração total para nuvem fundamenta-se nos seguintes benefícios:

- **Economicidade e Eficiência:** A renovação do suporte e a aquisição de insumos apresentam o menor Custo Total de Propriedade (TCO). O valor estimado para a manutenção é significativamente inferior ao investimento de capital (CAPEX) que seria exigido para a compra de novos servidores e migração de dados, maximizando o retorno sobre o investimento público já realizado nos equipamentos atuais.
- **Continuidade e Compatibilidade:** A aquisição de fitas LTO-8 garante interoperabilidade nativa com os drives da biblioteca IBM TS4300 já em operação, eliminando custos de atualização de hardware e riscos de incompatibilidade técnica.
- **Segurança da Informação:** A manutenção do suporte oficial assegura o acesso a correções de vulnerabilidades críticas, enquanto a aquisição de novas fitas permite a continuidade da estratégia de Air Gap (isolamento físico dos dados), essencial para a proteção contra ataques de ransomware e conformidade com a Política de Segurança da Informação (POSIN).

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 84.929,74

13.1. O custo total estimado para a contratação é de R\$ 84.929,74 (oitenta e quatro mil, novecentos e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos).

13.2. A composição dos custos baseia-se na pesquisa de mercado realizada e na projeção de consumo para o período de 24 (vinte e quatro) meses para os insumos e 12 (doze) meses para o serviço de suporte, conforme detalhado na tabela abaixo:

| Item | Descrição | Quantidade | Valor Unitário Estimado (R\$) | Valor Total (R\$) |
|-------|---|------------|-------------------------------|-------------------|
| 1 | Serviço de Extensão de Garantia e Suporte Técnico para Servidores Lenovo SR630 (Cobre 02 equipamentos por 12 meses) | 1 | R\$ 7.089,82 | R\$ 7.089,82 |
| 2 | Cartucho de Fita de Dados LTO Ultrium 8 (12 TB) com etiqueta | 154 | R\$ 495,20 | R\$ 76.260,80 |
| 3 | Cartucho de Fita de Limpeza Universal LTO com etiqueta | 4 | R\$ 394,78 | R\$ 1.579,12 |
| TOTAL | CUSTO TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO | - | - | R\$ 84.929,74 |

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1. A escolha da solução, que combina a renovação do suporte oficial para os servidores Lenovo SR630 e a aquisição de fitas LTO-8, justifica-se tecnicamente pelos seguintes benefícios de eficácia, eficiência e segurança:

- **Eficácia e Continuidade Operacional:** A solução garante a manutenção imediata dos níveis de serviço (SLA) de backup, sem a necessidade de janelas de parada prolongadas para migração de dados ou reconfiguração de hardware, que seriam obrigatórias em caso de substituição dos servidores. A arquitetura atual já está homologada e integrada ao software Commvault e à rede SAN, assegurando estabilidade.
- **Eficiência de Armazenamento:** A opção pela tecnologia LTO-8 (12 TB nativos) apresenta o melhor equilíbrio técnico. A utilização de fitas de geração anterior (LTO-7, 6 TB) exigiria o dobro do volume físico de mídias para armazenar a mesma quantidade de dados, o que saturaria rapidamente os slots (gavetas) licenciados da biblioteca robótica IBM TS4300, exigindo expansões de licenciamento desnecessárias e aumentando a complexidade da gestão física no cofre.
- **Garantia de Atualização e Segurança (Firmware):** A contratação de suporte oficial (ou por rede autorizada) é a única modalidade que tecnicamente assegura o acesso aos repositórios de firmware e microcódigos do fabricante. Tais atualizações são indispensáveis para corrigir vulnerabilidades de segurança e garantir a interoperabilidade dos servidores com os drives de fita e o sistema operacional, mitigando riscos cibernéticos que soluções de terceiros não autorizados não conseguiriam cobrir.
- **Preservação do Ativo (Manutenção Preventiva):** A inclusão de fitas de limpeza na solução técnica é uma medida preventiva essencial para preservar as cabeças de leitura dos drives LTO, evitando falhas de I/O (Input /Output) e estendendo a durabilidade do equipamento robótico existente.

14.1 DO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO DECORRENTE DE ASPECTOS TÉCNICOS

14.1.1. A contratação foi parcelada em itens distintos para Serviços (Suporte Técnico) e Bens (Fitas de Dados e Limpeza), em conformidade com a viabilidade técnica e a natureza dos objetos:

- **Divisibilidade Técnica:** Não há dependência técnica que obrigue o fornecimento conjunto dos serviços de manutenção dos servidores e o fornecimento das mídias magnéticas pelo mesmo fornecedor. Os itens

possuem naturezas distintas (serviço continuado versus fornecimento de bens de consumo) e mercados fornecedores amplos e diversificados. A separação não compromete a garantia dos equipamentos nem a integração da solução.

- **Logística de Fornecimento (Insumos):** Para os itens de consumo (Fitas LTO e Limpeza), optou-se tecnicamente pela aquisição em lote único (ou com entregas planejadas para compor estoque), visando cobrir a demanda projetada para 24 meses. Esta estratégia técnica visa mitigar o risco de desabastecimento e garantir a homogeneidade dos lotes de mídia, facilitando a administração do pool de fitas e a manutenção da política de retenção de longo prazo.
- **Unicidade do Serviço (Suporte):** O serviço de suporte para os dois servidores foi mantido em um item único, pois os equipamentos operam em cluster/conjunto na mesma solução de backup. A fragmentação deste serviço poderia gerar conflitos de responsabilidade técnica em caso de falhas na infraestrutura compartilhada.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1. A solução escolhida (Cenário A - Renovação do suporte oficial e aquisição de insumos) comprovou ser a mais vantajosa para a Administração sob a ótica do Custo Total de Propriedade (TCO), conforme demonstrado na análise comparativa:

- **Eficiência do Gasto Público (ROI):** A renovação da garantia dos servidores (custo estimado anual de aproximadamente R\$ 7.089,82) representa uma fração ínfima do investimento que seria necessário para a substituição do parque tecnológico. A aquisição de novos servidores físicos equivalentes demandaria um investimento de capital (CAPEX) estimado superior a R\$ 60.000,00, além dos custos indiretos para migração e reconfiguração do ambiente. A solução escolhida estende a vida útil de ativos já adquiridos, maximizando o retorno sobre o investimento público.
- **Economicidade nos Insumos:** A opção pela aquisição de fitas LTO-8 (12 TB) apresenta o melhor custo-benefício por Terabyte armazenado. Comparativamente, o uso de tecnologias anteriores (LTO-7) exigiria a compra do dobro de unidades físicas para armazenar o mesmo volume de dados, o que, além de dobrar o custo com mídias, implicaria custos adicionais de licenciamento de slots na biblioteca robótica e maior custo de custódia externa (armazenamento físico no cofre).
- **Redução de Custos Administrativos:** A consolidação da aquisição dos insumos para suprir a demanda de 24 meses em um único processo licitatório reduz significativamente o custo administrativo-operacional, evitando a repetição anual de trâmites burocráticos para aquisição de itens de consumo padronizados.

14.2 O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO DECORRENTE DE ASPECTOS ECONÔMICOS

14.2.1. O parcelamento da contratação em itens distintos para Serviços e Bens alinha-se às melhores práticas de gestão orçamentária e econômica:

- **Ganhos de Escala (Insumos):** A aquisição das fitas de dados e de limpeza em um lote quantitativo maior (projetado para 24 meses) potencializa a economia de escala. O volume total torna a contratação mais atrativa para os licitantes, tendendo a reduzir o valor unitário do cartucho em comparação a aquisições fracionadas de menor vulto.
- **Competitividade de Mercado:** A separação econômica dos itens permite a participação de um universo maior de competidores. Empresas especializadas em venda de suprimentos de informática (varejo /atacado) podem competir pelo item de insumos, enquanto integradoras de serviços de TI competem pelo suporte técnico. Essa amplitude de concorrência favorece a obtenção do menor preço global para a Administração.
- **Adequação Orçamentária:** A distinção dos itens permite a correta classificação da despesa (Custeio para serviços e Investimento/Consumo para bens), facilitando a execução financeira e o controle orçamentário conforme o exercício.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1. Segurança Cibernética e Proteção de Dados (Eficácia):

- Fortalecimento da estratégia de defesa em profundidade através da manutenção do Air Gap (isolamento físico das mídias), proporcionando uma camada robusta de proteção contra ataques de ransomware e sequestro de dados, uma vez que as fitas offline são imunes a contaminações lógicas que afetem a rede.

16.2. Continuidade de Negócios e Resiliência (Efetividade):

- Garantia da capacidade de recuperação de desastres (Disaster Recovery) em tempos compatíveis com as necessidades institucionais. A disponibilidade de insumos e o suporte aos servidores asseguram que as rotinas de backup e restore ocorram sem interrupções, minimizando o risco de perda de dados críticos do INPI.

16.3. Eficiência Econômica e Otimização de Recursos (Economicidade):

- Maximização do Retorno sobre o Investimento (ROI) dos ativos de TIC já adquiridos. Ao estender a vida útil da infraestrutura atual (servidores e robô) por meio de manutenção e suprimentos, evita-se o dispêndio elevado de capital (CAPEX) com a aquisição prematura de novos equipamentos e os custos operacionais de migração de ambiente.

16.4. Conformidade Normativa e Legal:

- Pleno atendimento aos requisitos da Política de Segurança da Informação (POSIN) e da legislação vigente (LGPD), assegurando a retenção dos dados pelos prazos normativos (12 meses para mensais e 5 anos para anuais) e a integridade das informações custodiadas pela Autarquia.

16.5. Estabilidade Operacional e Prevenção de Falhas:

- Mitigação de riscos de paradas não programadas através do suporte técnico oficial (com SLA de 12 horas para reparos críticos) e da manutenção preventiva dos drives (uso de fitas de limpeza), garantindo a saúde do hardware e a previsibilidade na operação do datacenter.

17. Providências a serem Adotadas

17.1. Nomeação da Equipe de Fiscalização: Designação formal dos servidores integrantes da Equipe de Fiscalização do Contrato (Gestor, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo e Fiscal Requisitante), garantindo que a fiscalização técnica possua conhecimento na infraestrutura de backup (Commvault e Biblioteca IBM) para validar os testes de restauração e o recebimento dos insumos.

17.2. Definição da Sequência de Etiquetas (Barcodes): A Área Requisitante (DISEG/CGTI) deverá levantar e definir a sequência numérica exata dos códigos de barras a serem impressos nas novas fitas LTO-8 e de limpeza. Esta informação é crítica e deverá constar expressamente na Ordem de Fornecimento para garantir que a Contratada entregue as mídias já etiquetadas de fábrica, evitando duplicidade de identificadores no banco de dados do robô.

17.3. Inventário dos Ativos para Suporte: A equipe técnica deverá consolidar a relação dos números de série (Serial Numbers) e localização física exata dos 02 (dois) servidores Lenovo SR630 para fornecimento imediato à Contratada, viabilizando o cadastro dos equipamentos na base de suporte do fabricante (entitlement) logo no início da vigência.

17.4. Gestão de Acesso e Sigilo: Preparação dos trâmites de controle de acesso físico ao Datacenter (RJ2) para os técnicos da Contratada, condicionando a entrada à assinatura do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, conforme exigido pela Política de Segurança da Informação e normas de acesso do INPI.

17.5. Logística de Armazenamento Seguro: Verificação e organização do espaço físico disponível no Cofre de Custódia (Edifício MV9) para acondicionamento adequado do lote de fitas novas a ser recebido, garantindo as condições ambientais (temperatura e umidade) exigidas pelo fabricante para preservação das mídias magnéticas.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

A declaração de viabilidade fundamenta-se na constatação de que a Solução A (Renovação de Suporte Oficial e Aquisição de Insumos) é a alternativa que melhor atende às necessidades do INPI, equilibrando segurança jurídica, estabilidade técnica e responsabilidade fiscal.

As razões que motivaram esta escolha, em detrimento da substituição do parque tecnológico ou de outras alternativas de mercado, baseiam-se nos seguintes pilares:

- **Sustentabilidade da Infraestrutura:** A solução prolonga a vida útil de ativos de alto desempenho (Servidores e Robô de Backup) que ainda atendem plenamente à carga de trabalho, evitando o descarte prematuro e o desperdício de recursos públicos.
- **Segurança da Informação:** A manutenção da estratégia de Air Gap (isolamento físico de mídias), operacionalizada pelas fitas LTO, é a medida mais robusta disponível contra ameaças de sequestro de dados (ransomware), garantindo a recuperação institucional em cenários de crise.
- **Maturidade do Processo:** A solução mantém a integração nativa com o software de gerenciamento (Commvault) e os processos de trabalho já estabelecidos na equipe de operação, eliminando curvas de aprendizado e riscos de transição.

Em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional e as diretrizes de Governo Digital, a solução proporciona os seguintes benefícios dimensionados:

- **Eficácia (Atingir o objetivo):** A contratação assegura a entrega tempestiva de insumos padronizados e a disponibilidade de suporte técnico especializado, garantindo que as janelas de backup sejam cumpridas rigorosamente e que os dados estejam disponíveis para restauração imediata quando solicitados.
- **Eficiência (Fazer mais com menos):** A opção pela tecnologia LTO-8 otimiza o uso do espaço físico na biblioteca robótica (maior densidade por slot). Além disso, a aquisição centralizada de insumos para 24 meses reduz o esforço administrativo de realizar múltiplos processos licitatórios para o mesmo fim, otimizando a força de trabalho da área de compras.
- **Efetividade (Produzir o efeito esperado):** A solução blinda o patrimônio imaterial do INPI. O resultado efetivo é a garantia de continuidade de negócios e a conformidade legal (LGPD) e normativa (POSIN), assegurando que a Autarquia mantenha a guarda segura e íntegra dos dados de propriedade industrial por longos períodos (retenção de 5 anos).
- **Economicidade (Melhor relação custo-benefício):** A análise de TCO comprovou que a manutenção da arquitetura atual possui um custo drasticamente inferior ao investimento necessário para a aquisição de novos servidores, representando a melhor aplicação do dinheiro público com retorno garantido sobre o investimento já realizado.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

THIAGO ROULIEN PIRES FAGUNDES

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 17/12/2025 às 18:31:41.

WALACE DE AGUIAR FERREIRA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 17/12/2025 às 18:35:16.

RAFAEL BANDEIRA BOABAI D REGO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 17/12/2025 às 19:15:11.

MARCUS VINICIUS DA MOTTA VIEIRA

Autoridade Competente



Assinou eletronicamente em 19/12/2025 às 11:57:09.

ANEXO D

TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, autarquia federal, criado pela Lei 5.648, de 11 de dezembro de 1970, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, na Mayrink Veiga n.º 9, inscrito no CNPJ/MF sob o número 42.521.088/0001-37, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a _____, sediada em _____, CNPJ n.º _____, doravante denominada CONTRATADA;

Considerando que, em razão do Contrato N.º ____/20____ doravante denominado Contrato Principal, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

Considerando a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

Considerando o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, doravante, vinculado ao Contrato Principal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do Contrato Principal celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto 4.553 de 27/12/2002 - Salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtidas por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pela CONTRATANTE.

Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiro.

Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas

necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Contrato Principal: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informações sigilosas, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O termo informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao Contrato Principal, doravante denominados Informações, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do Contrato Principal celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do Contrato Principal, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do Contrato Principal.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do Contrato Principal.

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às informações que:

- I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;
- II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do Contrato Principal sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do Contrato Principal.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do Contrato Principal.

Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do Contrato Principal firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tais como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao Contrato Principal.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de termo aditivo ao Contrato Principal;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da cidade do Rio de Janeiro, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Concordamos com os termos da declaração acima, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e plenamente capacitados a elaborar nossa proposta para o procedimento licitatório.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 20__ .

(assinatura e carimbo do representante legal da declarante)

ANEXO E



MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA

| | |
|---------------------|--------|
| CONTRATO N.º: | |
| OBJETO: | |
| GESTOR DO CONTRATO: | MATR.: |
| CONTRATANTE: | CNPJ: |
| CONTRATADA: | CNPJ: |
| PREPOSTO | CPF: |

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer a declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no Contratante.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 20__.

Ciência

CONTRATADA

Funcionários

Nome/Matrícula

Nome/Matrícula

Nome/Matrícula

ANEXO D



MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1. Razão Social :
2. CNPJ :
3. Endereço :
4. E-mail :
5. Telefone :
6. Dados Bancários :
7. Representante Legal :
8. CPF :

| Item | Descrição / Especificação do Serviço | Unidade | Marca / Modelo Ofertado | Qtde. | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) |
|------|---|---------|-------------------------------|-------|-------------------------|----------------------|
| 1 | SERVIÇO DE EXTENSÃO DE GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO para 02 (dois) servidores Lenovo ThinkSystem | Mês | | 12 | | |

| | | | | | | |
|---|--|-------|--|-----|--|--|
| | SR630, com cobertura de peças e atendimento on-site, conforme Nível de Serviço (SLA) definido no TR. | | | | | |
| 2 | FORNECIMENTO DE FITAS DE DADOS LTO-8 , novas, originais, com capacidade nativa de 12TB, incluindo etiquetas de código de barras (barcodes) pré-aplicadas. | Unid. | | 154 | | |
| 3 | FORNECIMENTO DE FITAS DE LIMPEZA UNIVERSAL , novas, originais, para drives LTO, com etiquetas de código de barras pré-aplicadas. | Unid. | | 4 | | |

Declaramos, sob as penas da lei, que:

- Validade da Cotação: Esta proposta estimativa é válida por _____ dias.
- Nos preços ofertados estão incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, frete, seguro, custos

com embalagem e quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, necessárias ao cumprimento integral do objeto.

- O serviço de suporte ofertado para o **Item 1** será prestado em conformidade com as exigências da fabricante **Lenovo**, garantindo-se o fornecimento de peças de reposição originais e mão de obra certificada.
- As fitas ofertadas nos **Itens 2 e 3** são novas, de primeiro uso (não reconcondicionadas), originais de fábrica e possuem garantia válida em território nacional, estando em total conformidade com as especificações técnicas do Termo de Referência.
- Comprometemo-nos a entregar os bens no endereço indicado pelo INPI no prazo máximo estipulado no Termo de Referência, livre de custos adicionais de frete.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 2026.

ANEXO E



MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS

1. IDENTIFICAÇÃO

- **Nº da OS/OFB:**
- **Data de Emissão:**
- **Contrato nº:**
- **Contratada:**
- **CNPJ:**

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

- **Prazo de Entrega:** 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento desta OFB.
- **Endereço de Entrega:** Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (23º Andar) – Rua Mayrink Veiga, nº 09, Centro, Rio de Janeiro/RJ.
- **Agendamento:** A entrega deve ser agendada com antecedência mínima de 24h pelo e-mail: coseg@inpi.gov.br
- **Detalhamento dos Itens:**

| Item | Descrição | Marca/Modelo | Unid. | Qtd. |
|------|--|--------------|-------|------|
| 2 | Cartucho de Dados LTO-8 (12TB) com etiqueta de código de barras (Barcode). | | Unid. | |
| 3 | Cartucho de Limpeza Universal (Cleaning) com etiqueta de código de barras. | | Unid. | |

3. INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES E ACEITE

1. O Recebimento Provisório será realizado no ato da entrega, mediante conferência quantitativa e visual das embalagens (lacradas). O Recebimento Definitivo ocorrerá após teste de leitura das etiquetas (barcodes) na Biblioteca Robótica do INPI.
2. A Nota Fiscal deverá ser emitida após o Recebimento Definitivo (Bens), contendo a descrição detalhada e o número deste Contrato.

4. ASSINATURAS

Local e Data:

_____, ____ de _____ de 2026.

Gestor/Fiscal do Contrato (INPI)



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-4000 contratos@inpi.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 (PE Nº 90.006/2026)

PROCESSO Nº 52402.011197/2025-40

ANEXO II

VALORES DE REFERÊNCIA DA CONTRATAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 (PE Nº 90.006/2026)
PROCESSO Nº 52402.011197/2025-40

ANEXO II - VALORES DE REFERÊNCIA PARA A CONTRATAÇÃO

Contratação de solução para manutenção da infraestrutura de backup do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), composta por serviços de extensão de garantia e suporte técnico para servidores de mídia (Media Servers) e aquisição de suprimentos de armazenamento de dados (fitas magnéticas LTO e fitas de limpeza), conforme condições e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

| Grupo | Item | Especificação | Unidade | Quantidade | Valor Unitário | Valor total |
|----------------------------|------|---|--------------------|------------|----------------|---------------|
| 1 | 1 | Serviço de Extensão de Garantia e Suporte Técnico para 02 (dois) Servidores Lenovo ThinkSystem SR630, com SLA de solução de 12h, atendimento 24x7, incluindo peças e mão de obra. Vigência de 12 meses. | Unidade de Serviço | 1 | R\$ 10.776,93 | R\$ 10.776,93 |
| 2 | 2 | Cartucho de Fita de Dados LTO Ultrium 8 (12 TB nativos), novo, original, com etiqueta de código de barras (barcode) pré-aplicada. | Unidade | 154 | R\$ 455,00 | R\$ 70.070,00 |
| | 3 | Cartucho de Fita de Limpeza Universal (Universal Cleaning Cartridge) compatível com drives LTO-8 instalados em biblioteca IBM TS4300, com etiqueta de código de barras pré-aplicada. | Unidade | 4 | R\$ 337,58 | R\$ 1.350,32 |
| Valor total da contratação | | | | | R\$ 82.197,25 | |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

VALOR GLOBAL MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO: R\$ 82.197,25 (oitenta e dois mil cento e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos)

VALOR GLOBAL MÁXIMO – GRUPO 1: R\$ 10.776,93 (Dez mil setecentos e setenta e seis reais e noventa e três centavos)

VALOR GLOBAL MÁXIMO – GRUPO 2: R\$ 71.420,32 (Setenta e um mil quatrocentos e vinte reais e trinta e dois centavos).



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-4000 contratos@inpi.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 (PE Nº 90.006/2026)
PROCESSO Nº 52402.011197/2025-40

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

(Processo Administrativo nº52402.011197/2025-40)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /, QUE FAZEM ENTRE SI
O INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL E

.....

O INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI, Autarquia Federal, criado pela Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, com sede na Rua Mayrink Veiga nº 09 - Centro - Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 42.521.088/0001-37, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no *DOU* de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº*, *sediado(a) na*, *em* doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº 52402.011197/2025-40 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de manutenção da infraestrutura de *backup* do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), composta por serviços de extensão de garantia e suporte técnico para servidores de mídia (*Media Servers*) e aquisição de suprimentos de armazenamento de dados (fitas magnéticas LTO e fitas de limpeza), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

1.2. Objeto da contratação:

| Grupo 1 | | | | | | |
|---------|--|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1 | Serviço de extensão de garantia e suporte técnico para 02 (dois) servidores Lenovo ThinkSystem SR630, com SLA de solução de 12h, atendimento 24x7, incluindo peças e mão de obra | 27740 | Mês | 12 | R\$ | R\$ |
| Grupo 2 | | | | | | |
| 2 | Cartucho de fita de dados LTO Ultrium 8 (12TB nativos), novo, original, com etiqueta de código de barras (barcode) pré-aplicada | 451853 | Unidade física | 154 | R\$ | R\$ |
| 3 | Cartucho de fita de limpeza universal (<i>Universal Cleaning</i> | 261791 | Unidade física | 4 | R\$ | R\$ |



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

| | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|
| | Cartridge) compatível com drives LTO-8 instalados em biblioteca IBM TS4300, com etiqueta de código de barras pré- aplicada | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação, **para os itens 2 e 3**, é de **12 (doze) meses** contados da **data da assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência desses itens será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2. O prazo de vigência da contratação, **para o item 1**, é de **12 (doze) meses**, contados do **data da assinatura do contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3. A prorrogação de que trata o item anterior é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.3.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

2.3.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.3.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.3.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.3.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.3.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.4. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 90 (noventa) dias;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos seguintes locais:

9.35.1. Datacenter do INPI, localizado na Estrada Adhemar Bebiano, 1380, Del Castilho, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro;

9.35.2. Sede do INPI, na Rua Mayrink Veiga nº 09 - Centro - Cidade e Estado do Rio de Janeiro;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. **No que concerne aos itens 2 e 3**, o contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. **No que concerne ao item 1**, o contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.7. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

13.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.8.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.9.3. Indenizações e multas.

13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.11. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/Unidade:
- II) Fonte de Recursos:
- III) Programa de Trabalho:
- IV) Elemento de Despesa:
- V) Plano Interno:
- VI) Nota de Empenho:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-910

Telefone: (21) 3037-3191

contratos@inpi.gov.br

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-